



**Falso jornalista  
calunia.  
E outro mata**

PÁGINAS 2 e 3, 5



**Fórum Folha  
não surpreende e  
causa bocejos**

PÁGINA 6



**Um jornal  
é queimado e outro  
é censurado**

PÁGINAS 4 E 13



# ZERO

Curso de Jornalismo da UFSC - Florianópolis, Junho-Julho de 2006 - Ano XXI - Número 4



**Dois repórteres  
denunciam que  
Copa não é nossa**



INTERCÂMBIO:

# TUDO

*por um punhado de dólares*

**Jornalistas continuam sendo alvo no Brasil e América Latina. De balas**

# Impunidade desacredita Justiça

*Jornalista é condenado a 19 anos de prisão, mas cumprirá pena em liberdade provisória*

Condenado a 19 anos, 2 meses e 12 dias de prisão pelo assassinato da ex-namorada Sandra Gomide, Antônio Pimenta Neves, 69 anos, deixou o fórum de Ibiúna acompanhado apenas de seus familiares e advogados. Os policiais, as algemas e a carceragem ficaram para mais tarde. Antes mesmo de o julgamento começar, um *habeas corpus* concedido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo garantia ao jornalista o direito de, caso condenado, recorrer da sentença em liberdade provisória.

Ao ver o réu confesso Pimenta Neves, sair do julgamento livre das algemas, uma enorme frustração e um sentimento de impunidade tomaram conta dos 70 mil moradores da cidade paulista de Ibiúna. As cerca de 200 pessoas que se aglomeravam na praça em frente ao fórum xingaram e até tentaram agredir o jornalista enquanto ele entrava no carro. Do lado de dentro, familiares de Sandra pintaram a ponta do nariz de vermelho e protestaram contra a "palhaçada" da justiça.

O pai, João Gomide, disse a todos os microfones que Pimenta foi beneficiado porque tinha boas condições financeiras. A dona do haras onde Sandra foi assassinada, mais emotiva, desceu as escadas que levavam à porta de saída chorando. "Depois do que eu vi hoje aqui, eu jamais procuraria a Justiça", desabafou. Houve até quem evocasse intervenção divina. "Deus será maior do que isso. E agora, como vou falar para os meus alunos que matar é um crime?", questionou Maria Angélica Gomide, tia da vítima.

Lágrimas e orações à parte, advogados explicam que tanto a condenação quanto a liberdade provisória do jornalista são totalmente legais e eram, inclusive, previsíveis. Em tese, qualquer julgamento de assassinato nesses moldes demanda tempo para se chegar a uma condenação final. Além disso, os advogados contratados por Pimenta tiveram competência para garantir ao jornalista, mesmo seis anos após o crime, o direito de aguardar a sentença fora das grades. Condição que, inclusive, pode ser eterna.

**O imbróglia jurídico** - O diretor de redação d'*O Estado de São Paulo* confessou ter assassinado a tiros, pelas costas, Sandra Gomide, a ex-namorada e editora de Economia, em 25 de agosto de 2000, cinco dias após o crime. Num depoimento à Polícia Federal, ele disse que atirou motivado por traição. Alegou ainda ter-se sentido "usado e ultrajado" pela ex-namorada e ex-subordinada. Nessa mesma oportunidade, afirmou repetidas vezes estar arrependido e negou ter premeditado o assassinato.

Logo após o depoimento, e já com sua prisão preventiva decretada, Pimenta obteve o direito de ficar em clínica psiquiátrica para tratamento de um "transtorno de estresse pós-traumático". Dez dias depois, foi transferido para o 77º Distrito Policial, onde passou a dividir uma cela especial com outras cinco pessoas, entre elas o estudante Mateus da Costa Meira, o "maníaco do shopping".

A estada de Pimenta no 77º DP durou exatos 6 meses e 20 dias. No dia 24 de março de 2001, ele deixa a carceragem



Para parentes e advogados, a "palhaçada da justiça" foi totalmente legal e previsível



Pimenta foi a julgamento protegido por habeas corpus para recorrer em liberdade

graças a uma liminar do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, que lhe concedeu o direito de aguardar o julgamento em liberdade. "O juiz se baseou na lei, e é totalmente justificável que Pimenta tenha esperado o julgamento em liberdade, já que não era um criminoso de ofício, não representava nenhum perigo para a sociedade", explica Antônio Carlos Brasil Pinto, professor de direito processual penal da UFSC.

Brasil Pinto esclarece ainda que, de acordo com a jurisprudência dos tribunais, o prazo máximo para o réu aguardar o julgamento atrás das grades é de 81 dias. Esgotado esse tempo, ele tem o direito de esperar em liberdade. O fato de Pimenta ter ficado preso tão pouco tempo não é, portanto, um privilégio que seus dólares no banco ou sua agenda de contatos lhe concederam.

**Empurrando com a barriga** - Mesmo em liberdade, Pimenta continuava indiciado pelo assassinato de Sandra Gomide. O golpe que parecia selar seu destino foi dado no dia 14 de junho de 2002, quando a juíza Eduarda Romeiro Correia decidiu que ele fosse levado a júri popular por homicí-

dio duplamente qualificado - motivação torpe (cíntimes) e uso de recurso que impossibilitava a defesa da vítima (tiro pelas costas). Da decisão da juíza até o real julgamento do jornalista, porém, passaram-se quase quatro anos, tempo suficiente para aquele velho sentimento de impunidade começar a inquietar os cidadãos de boa memória.

O que se viu ao longo desses quatro anos, foi uma sucessão de vitórias jurídicas dos advogados de defesa. Entrando com um recurso atrás do outro, eles conseguiram "empurrar com a barriga" o processo. Com isso, ganharam de duas formas: primeiro, deixaram a poeira baixar e garantiram ao seu cliente um julgamento mais técnico, sem a carga emotiva que cercava o crime quando o cheiro de pólvora ainda pairava no ar. Segundo, levaram o caso até que seu cliente estivesse às portas de completar 70 anos, sendo privilegiado por uma série de benefícios constitucionais.

A consequência mais imediata dessa estratégia de defesa é óbvia. Mesmo condenado, Pimenta dificilmente vai cumprir a pena preso. Nascido em 13 de fevereiro de 1937, ele está a pouco mais de oito meses de completar 70 anos - idade a partir da qual poderá cumprir a pena em prisão domiciliar, de acordo com a Lei de Execuções Penais. Enquanto isso, seu processo vai sendo julgado de acordo com a pauta dos tribunais - sempre sobrecarregada, por sinal. "Não podemos fazer nenhuma previsão...", resume o professor Antônio Carlos Brasil Pinto.

**De quem é a culpa** - Antes mesmo de o caso ser levado a júri popular, Carlos Sérgio Horta Filho, promotor de Ibiúna, culpou a estratégia da defesa de Pimenta pela demora no julgamento e na condenação do jornalista. Os advogados de Sandra Gomide, por outro lado, voltaram sua bateria de críticas para a morosidade da justiça. "Os recursos estão previstos em lei e ele [Pimenta Neves] tem todo o direito de se valer disso. Eu não tenho uma crítica à atuação dele ou à defesa dele. A crítica é à morosidade judicial", alega o advogado Luiz Fernando Pacheco ao site Consultor Jurídico. Brasil Pinto, por sua vez, declara que, graças a essa grande possibilidade de recursos à justiça, é que se consegue chegar a decisões corretas.

Quanto à afirmação de João Gomide, pai da jornalista assassinada, de que Pimenta foi beneficiado porque tinha boas condições financeiras, Brasil Pinto reconhece que realmente é caro fazer uma defesa "esmerada". Para recorrer ao STJ, por exemplo, o cliente, além de pagar os honorários do advogado, tem que pagar suas viagens até Brasília - uma passagem de ida e volta custa entre R\$ 630,00 e R\$ 1,5 mil. Levando-se em conta que os advogados de Pimenta Neves entraram com diversos recursos junto ao STJ, fica claro que são poucos os brasileiros que poderiam arcar com esses custos. "Não deixa de ser uma justiça desigual", conclui o professor da UFSC.

**Lucas Amorim**

## ZERO

ANO XXI - Nº 4 - JUNHO/2006 - Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina **Apoio:** LabFoto, LabInfografia, LabRádio **Arte:** André Vendrami, Robert Crumb **Colaboração:** Alexandra Martins, Cleide Oliveira, Mariana Hilgert, Michael Agliolo, Nancy Dutra, Vera Sayão **Direção de Arte e de Redação:** Professor Ricardo Barreto **Edição:** André Vendrami, Luna D'Alama, Susana Steil (Sênior) Diogo d'Ávila, João Grando, Lucas Amorim, Luciana Ribeiro, Maíra Flores, Roberto Saraiva, Rodrigo Schmitt **Editoração eletrônica e circulação:** Rodrigo Schmitt **Fotografia:** Daniela Cucolicchio, Mariana Vasconcelos, Rodrigo Schmitt **Serviços editoriais:** A Notícia, Agência Estado, Centro de Mídia Independente, Diário Catarinense, Federação Internacional dos Jornalistas, Folha online, *Imprensa*, *O Estado de São Paulo*, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, *Stock Photos*, *Veja*, Youtube. **Textos:** Diogo d'Ávila, Felipe Mendes, Leandro Uchôas, Lucas Amorim, Luciana Ribeiro, Luna D'Alama, Maíra Flores, Pedro Carvalho, Roberto Saraiva, Rodrigo Schmitt, Susana Steil, Tatyana Azevedo **Tratamento de Imagens:** André Vendrami, Rodrigo Schmitt **Impressão:** *Diário Catarinense* **Redação:** Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-JOR), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil **Telefones:** 55(48) 3331-6599, 3331-9490, 9991-9215 Fax: 55(48) 3331-9490 **Sítio:** [www.zero.ufsc.br](http://www.zero.ufsc.br) **E-mail:** [zero@cce.ufsc.br](mailto:zero@cce.ufsc.br) **Circulação:** Nacional, gratuita e dirigida **Tiragem:** 5.000 exemplares **Fechamento:** 20 de junho de 2006



Melhor Peça Gráfica  
I, II, III, IV, V e XI Set Universitário - PUC-RS  
88, 89, 90, 91, 92 e 98



3º Melhor  
Jornal-laboratório do Brasil  
Expocom 94

Melhor Jornal-laboratório  
I Prêmio Foca  
Sind. dos Jornalistas de SC - 2000

# Imprensa de SP poupa assassino

*Diários cariocas fizeram cobertura mais intensa e deram as primeiras fotos do casal*

Quando Pimenta Neves chegou ao Haras Setti, no começo da tarde de domingo, dia 20 de agosto de 2000, Sandra Gomide já estava lá. Enquanto ele estacionava seu Renault Clio preto próximo à garagem, ela permaneceu nas cocheiras, cuidando de seu cavalo doente. Não haviam se cruzado mais cedo, naquele mesmo dia, por obra do acaso. Ele passara boa parte do domingo no haras, cavalgando. Deixou o local apenas por um momento, para ir a uma padaria, conforme informaria mais tarde à Polícia Federal. Foi justamente nesse momento que Sandra chegou.

Pimenta estacionou o carro e, aparentando tranqüilidade, caminhou na direção de Sandra. Os dois se encontraram e começaram um bate-boca. Ninguém conseguiu ouvir a conversa, nem mesmo o caseiro João Quinto de Souza, que estava a cerca de três metros do casal. À PE, Pimenta contou que queria saber por que Sandra denunciou-o à polícia pela invasão de seu apartamento e por que não demonstrava interesse pelo estado de saúde de uma de suas filhas, operada de um câncer.

Em meio à discussão, o jornalista saca uma arma, um revólver calibre 38. Segurando a ex-namorada pelo braço, tenta obrigá-la a entrar em seu carro, estacionado a poucos metros de distância. Sandra faz força para soltar-se e tenta correr. A 40 metros dali, o dono e os funcionários do haras, que participam de um churrasco, escutam os gritos da jornalista: "Não, Pimenta, não! Socorro!" Depois disso, ouvem dois disparos.

O primeiro atingiu as costas de Sandra, atravessando seu coração. O segundo, dado quando a jornalista já estava caída de bruços, entrou pela orelha esquerda e se alojou no crânio. Logo após o segundo tiro, Pimenta caminhou até seu carro e foi embora. Quando o caseiro João de Souza, a única testemunha ocular do crime, chegou ao estábulo, Sandra já estava morta. Dias depois, o Instituto de Criminalística de São Paulo revelou que as balas encontradas no corpo da jornalista continham um tipo de pólvora mais letal e tinham o poder de causar lesões maiores que os projéteis comuns.

**Costas quentes** - Depois de atirar na ex-namorada, Pimenta vagou sem rumo até parar o carro em uma estrada, distante três quilômetros. Foi ele mesmo quem deu em primeira mão a notícia do crime para os dois principais jornais de São Paulo, por volta das três da tarde. Para *O Estado de São Paulo*, jornal onde dirigia a redação, ligou três vezes. Primeiro, para contar que havia atirado em Sandra; depois, para saber se ela havia morrido; e, por último, perguntando qual seria a manchete do dia seguinte. Logo depois, telefonou para Otávio Frias, diretor de redação da *Folha*, Filho, amigo desde sua primeira passagem pelo jornal, nos anos 60.

Coincidência ou não, a cobertura que os dois grandes diários paulistas deram ao crime no dia seguinte foi bastante contida. Apenas o *Estadão* apresentou uma discreta chamada na capa; a *Folha*, nem isso fez. Nas páginas internas, o jornal da família Frias ainda trouxe, logo abaixo da matéria sobre o assassinato, um perfil do jornalista com o título *Pimenta Neves tem currículo notável*. A primeira foto de Pimenta só foi aparecer nas páginas da *Folha* na quinta-feira, dia 24 de agosto. O *Estadão*, por sua vez, conseguiu a façanha de cobrir o assassinato sem apresentar uma única foto do homem que efetuou os disparos.

A apatia da imprensa paulista foi quebrada somente no domingo, dia 26, quando Renata Lo Prete, *ombudsman* da *Folha*, fez uma extensa análise da cobertura do crime. Renata criticou, por exemplo, as matérias tendenciosas de seu jornal, escritas de forma tal que pareciam buscar, de uma ou outra forma, desmoralizar a vítima. Ela observou ainda que, independente de estar certo ou errado, não era hábito da *Folha* "chamar de suspeito alguém que já confessou o crime ao advogado e aos próprios jornalistas".

A cobertura dos cariocas *Extra* e *O Globo*, veículos nos



Rosto de Pimenta não apareceu no Estadão. Folha demorou quatro dias para publicar foto

quais Pimenta não havia trabalhado, foi bem mais intensa. Ambos saíram com fotos da vítima e do assassino já na edição de segunda-feira, o dia posterior ao crime. Na época, chegou-se a acusar os dois jornais de exagerarem no destaque e usarem um tom acusatório nas reportagens. O passar do tempo, no entanto, comprovou que as acusações procediam e que, como observou Renata Lo Prete, o *Estado* e a *Folha* estavam "poupando" Pimenta.

**História antiga** - Quando o crime ocorreu, o romance e os desentendimentos de Antônio Pimenta Neves e Sandra Gomide já não eram novidade nas redações dos grandes jornais. As histórias de conflitos já eram antigas. O relacionamento começou em fevereiro de 1996, poucos meses após Pimenta assumir a chefia de redação da *Gazeta Mercantil*. Na época, Sandra tinha 27 anos e era repórter sem grande experiência. Pimenta, aos 59, retornava de um período de 21 anos nos Estados Unidos, onde foi inclusive conselheiro-sênior do Banco Mundial.

Em 1998, Pimenta trocou a *Gazeta Mercantil* pela chefia de redação do *Estadão*. Sandra foi junto, como repórter especial. Dois anos depois, subiu na hierarquia do jornal e virou editora de Economia. Duraria pouco, porém, sua permanência em um dos cargos mais importantes de um dos principais diários do país.

Em maio de 2000, ela embarcou para o Equador a fim de apurar a situação financeira da companhia aérea Ecuatoriana de Aviación, controlada pela Vasp. Lá, conheceu Jaime Montilla, um dos proprietários do diário *Hoy*, terceiro maior jornal do país à época. Quando voltou ao Brasil, continuou a se comunicar com o empresário por correio eletrônico. Pimenta descobriu essa troca de mensagens e chamou Sandra à sua sala na direção do jornal. "Sei do Jaime", disse. Dez dias depois, ela foi demitida.

Através de sua influência junto a outros veículos e empresas de assessoria, o jornalista conseguiu ainda impedir que a ex-namorada arrumasse novo emprego. Além disso, exigiu, por e-mail, que ela devolvesse todos os presentes que havia ganhado nos três anos de relacionamento. "Não cometa o erro de reter essas coisas, pois você sabe que não tenho limites", ameaçou para, três linhas abaixo, concluir: "Outra coisa, vá fazer seu turismo sexual com o equatoriano. Isso fará com que retorne às suas origens de puta barata, sem escrúpulos ou caráter".

Entre uma ameaça e outra, Pimenta insistia para que Sandra voltasse para casa "de uma vez por todas". Com o objetivo de pôr um ponto final à história, invadiu o apartamento da jornalista no dia 5 de agosto, duas semanas antes do crime. Com um revólver sobre a mesa, afirmou que iria matá-la ou se suicidaria se o namoro não fosse reatado. Ela fincou pé no fim do relacionamento. Pimenta, revoltado, pegou um saco de lixo e obrigou-a a devolver todos os presentes que havia recebido. Em seguida, acertou-lhe dois tapas no rosto. Depois que ele deixou o apartamento, Sandra registrou a invasão em um boletim de ocorrência, irritando ainda mais o ex-namorado.

O registro policial, conforme o próprio Pimenta, foi um dos motivos para a discussão no haras que terminou no assassinato da jornalista, no dia 20 de agosto. A depressão profunda

e o sentimento de rejeição que Pimenta apresentava nas semanas anteriores ao crime, e que o teriam levado ao assassinato, se intensificaram radicalmente após os disparos fatais. Três dias depois do crime, refugiado na casa do publicitário

## Para *Folha*, réu confesso era apenas suspeito



Matérias trataram de desmoralizar Sandra

Énio Mainardi, com a polícia paulista já no seu encalço, Pimenta tentou suicidar-se engolindo 72 comprimidos do calmante Lexotan com pão e água. Nessa ocasião, deixou um bilhete para as filhas gêmeas, onde relatava que, "num momento de pânico", cometeu uma "insensatez" pela qual teria que pagar.

A tentativa de suicídio, se não garantiu a Pimenta o pagamento por sua "insensatez", ao menos proporcionou-lhe uma confortável internação no Hospital Albert Einstein, de onde ele deu o primeiro depoimento à polícia, muito longe do ambiente carregado das delegacias e de perguntas e olhares inconvenientes. Nesse depoimento, a primeira e única vez que falou sobre o crime, o réu confesso Pimenta Neves manteve a postura agressiva que sempre o caracterizou. Questionado pelo delegado se havia ou não premeditado o crime, respondeu: "O senhor deve supor, imagino, que eu não sou uma pessoa estúpida. Seu eu quisesse premeditar um crime, eu não estaria aqui nesse momento".

Lucas Amorim

# Jornal paulista sofre atentado

Imprensa Livre é incendiado e funcionários são agredidos por supostos membros do PCC

As rebeliões que São Paulo sofreu no mês de maio e que foram organizadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) chocaram todo o país. Durante quase uma semana a cidade foi acometida por 339 ataques que causaram ao todo 170 mortes. Nem os meios de comunicação ficaram imunes aos atentados da organização. *Imprensa Livre*, jornal de São Sebastião, teve suas máquinas destruídas por pessoas que se diziam ser da facção.

Na madrugada de 18 de maio, o jornal do litoral de São Paulo foi invadido por três indivíduos armados e encapuzados. Eram quase quatro horas da manhã quando os bandidos renderam os trabalhadores do parque gráfico da empresa. Os quatro gráficos e um diagramador que estavam no local foram agredidos a socos e pontapés. Os criminosos jogaram gasolina em uma impressora, em uma guilhotina e nos exemplares do jornal que estavam prestes a serem distribuídos. Mesmo assim, os números que puderam ser aproveitados foram entregues aos assinantes e distribuídos gratuitamente à população da cidade.

Funcionários que estavam no parque gráfico testemunham que enquanto ateavam fogo nas máquinas do jornal, os invasores alertavam para que não fossem mais publicadas notícias sobre o Primeiro Comando da Capital. Após explodirem um coquetel molotov eles fugiram correndo. Ao saírem da empresa, os bandidos se depararam com um jornalista e um fotógrafo do *Imprensa Livre* que retornavam da cobertura de um atentado ocorrido no Hospital de Clínicas do município. Os profissionais do diário não conseguiram identificar os criminosos que estavam encapuzados e vestiam roupas pretas.

Para o editor do jornal, Igor Veltmann, a ação criminosa não foi organizada pelo PCC. Veltmann estranha o fato do *Imprensa Livre* ser o único meio de comunicação a sofrer um atentado do PCC durante o período em que ocorreram as rebeliões no Estado de São Paulo.

Para ele, o PCC não teria motivos para invadir as dependências do jornal. "Por exigência dos próprios presos da cadeia pública de São Sebastião nós acompanhamos a negociação dos detentos com a polícia. Além do mais, eles nos garantiram que o PCC não estava relacionado com o atentado", afirma.

Veltmann atribui o ataque a pessoas vinculadas à prefeitura de São Sebastião que vem sendo denunciada pelo *Imprensa Livre* por irregularidades em licitações envolvendo empresas de serviços de manutenção. "Tudo indica que esse episódio está ligado à atual situação local e política da cidade. Tem gente de São Sebastião que está incomodada com a posição do jornal", enfatiza.

Em um comunicado oficial, Juan Garcia, o prefeito de São Sebastião (PPS), nega se manifestar sobre a acusação do jornal, mas condena qualquer tipo de violência.

"Condeno todas essas condutas violentas e entendemos ser necessário o estreitamento do diálogo entre os vários segmentos da sociedade na tentativa de buscar uma solução para atenuar o problema da violência", avaliou o prefeito de São Sebastião.

A Associação Nacional de Jornais prestou solidariedade ao *Imprensa Livre*. No documento, a entidade repudia o ataque sofrido pelo jornal. "Nos últimos dias, o jornal havia sido ameaçado de interdição por parte da Prefeitura de São Sebastião, o que foi possível evitar graças a liminar concedida pela Justiça. É importante assinalar que o *Imprensa Livre* vinha noticiando com frequência suspeitas de irregularidades na administração municipal. Embora não seja possível ainda relacionar o revoltante atentado desta madrugada à tentativa da Prefeitura de impedir o funcionamento do jornal, é imprescindível que as autoridades policiais apurem com urgência toda a verdade dos fatos.", diz a nota. A diretoria do *Imprensa Livre* ainda não avaliou o valor dos prejuízos causados pelo ataque à suas instalações.

Diogo d'Ávila



Três encapuzados armados agrediram cinco funcionários e queimaram com gasolina a impressora e uma guilhotina do jornal...

## Semana de Jornalismo revive em 2006

Evento traz novidades, cursos, vídeos e nomes de peso

Alguns dos mais consagrados jornalistas brasileiros têm viagem marcada para Florianópolis na mesma semana. Da segunda-feira 31 de julho a 4 de agosto, Clovis Rossi, Ricardo Kotscho, Mauricio Dias e Juca Varella, entre outros, vêm à cidade falar para uma platéia majoritariamente formada por estudantes e professores. As palestras são parte da V Semana de Jornalismo, inteiramente organizada por alunos do Curso de Jornalismo da UFSC.

Desde 2001, anualmente, as aulas da graduação são substituídas por palestras, filmes, vídeos e oficinas. Por causa da greve dos professores das universidades federais, não houve edição em 2005. Mas o evento ressurgiu com formato bastante semelhante ao antigo, e com algumas novidades. Além de dez palestras, oficinas profissionalizantes como TV ao vivo, Projetos editoriais e Crítica musical serão disponibilizadas a todos os estudantes interessados, através de inscrições pela internet. Planejadas para reforçar a formação dos alunos em áreas da profissão menos trabalhadas no currículo regular, as oficinas são ministradas pela manhã durante quatro dias.

De segunda a quinta-feira, serão exibidos filmes com o objetivo de incentivar a reflexão técnica e ética da prática jornalística. Estão previstos clássicos como *Muito além do jardim*, de Hal Ashby, e *Profissão: repórter*, de Michelangelo Antonioni. Entre as duas palestras diárias, serão também exibidos vídeos produzidos pelos próprios estudantes como trabalho de conclusão de curso. Nos últimos anos, a produção audiovisual do curso tem impressionado professores e profissionais pela qualidade técnica.

As palestras, integralmente transmitidas pela internet, terão esse ano duas novidades. Uma delas é a visita da equipe do *Diarinho*, publicação de Itajaí que se tornou a sensação do jornalismo catarinense. Com texto bem-humorado e pautas não convencionais, é um dos mais vendidos jornais do Estado, e aquele que paga melhores salários. Outra novidade é a palestra dos ex-alunos. Com a intenção de situar os estudantes diante do mercado, cinco jornalistas formados no curso vão falar sobre a sua trajetória e a de seus colegas de turma. Estão confirmadas as presenças de ex-alunos como Roberta Faria, da Editora Abril, e de Marques Casara, único jornalista a ganhar o Prêmio Esso trabalhando fora da grande imprensa.

Tendo se tornado o mais sólido evento organizado por estudantes de jornalismo fora do eixo Rio-São Paulo-Brasília, a V Semana de Jornalismo tem sido considerada o principal complemento da formação profissional dos estudantes. Desde a primeira edição, em 2001, o Curso de Jornalismo da UFSC obteve a classificação máxima (cinco estrelas) no principal ranking de faculdades do país, o Guia do Estudante da Editora Abril. Certamente, não se trata de mera coincidência. As palestras e a exibição de filmes e vídeos acontecem no Auditório Henrique Fontes, no prédio B do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da UFSC. As oficinas são realizadas dentro das próprias instalações do curso. Maiores informações no site [www.semanadojornalismo.ufsc.br](http://www.semanadojornalismo.ufsc.br).

Leandro Uchôas

### Programação\* da V Semana do Jornalismo

	Segunda: 31 de julho	Terça: 1º de agosto	Quarta: 2 de agosto	Quinta: 3 de agosto	Sexta: 4 de agosto
08h30 às 11h30	Cadastro nas oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas
12h15 às 14h15	Filme <i>Muito além do jardim</i>	Filme <i>Profissão: repórter</i>	Filme <i>Mera coincidência</i>	Filme <i>O custo da coragem</i>	Sem programação
14h30 às 17h00	Palestra Juca Varella	Palestra Equipe <i>Diarinho</i>	Palestra Mylton Severiano	Palestra Eliane Catanbêde	Palestra** Ricardo Kotscho
17h30 às 18h15	TCC: <i>Notícias de guerra</i>	TCC: <i>Quanto vale o show?</i>	TCC: <i>Passa a bola!</i>	TCC: <i>A chegada dos jornalistas à bancada dos telejornais</i>	Sem programação
18:30 às 21h00	Palestra Clóvis Rossi	Palestra Mauricio Dias	Palestra A definir	Palestra Ex-alunos	Palestra** Marcelo Canelas
23h00				Happy Hour	Festa de Encerramento

\*Programação sujeita a mudanças. \*\*As palestras começarão às 14h e às 17h, respectivamente, e não serão exibidos filmes e TCCs.

# Anão de jardim volta ao ataque

Mainardi calunia Franklin Martins, Veja não dá direito de resposta e Bandeirantes ganha

Uma briga entre um jornalista conceituado e um colunista polêmico chamou a atenção de muita gente ultimamente. Trata-se do renomado comentarista político Franklin Martins e de Diogo Mainardi, assumido não-jornalista, que mais uma vez arranjou outro desafio por causa de seus artigos. Mainardi, que é conhecido por fazer declarações polêmicas em sua coluna semanal na revista *Veja*, acusou o jornalista Franklin Martins de ter se beneficiado de sua função para conseguir cargos no governo federal para seus familiares.

Por coincidência, poucos dias depois das denúncias de Mainardi, a Globo não renovou o contrato com Franklin Martins. Em nota oficial a Rede Globo informa que "a emissora não fará outros comentários, mas acrescenta que a não-renovação não tem qualquer relação com as colunas de Diogo Mainardi". Franklin Martins em entrevista à revista *Imprensa* ratificou a declaração da direção da Globo ao afirmar que a relação entre ele e a empresa já vinha se deteriorando antes mesmo de serem publicadas as colunas de Diogo Mainardi.

O irmão de Franklin, Victor Martins foi nomeado para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo por meio de uma votação no Senado. De acordo com o colunista de *Veja*, os senadores antes de votarem enfatizaram o fato de Victor Martins ser irmão de Franklin.

Em sua coluna Mainardi afirma que "os senadores que aprovaram seu nome levaram em conta o parentesco ilustre". O colunista citou também a esposa de Franklin, Ivanisa Telroit, que é funcionária pública e já foi secretária parlamentar do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Em dezembro Franklin Martins já havia sido citado por Mainardi. Na ocasião o articulista da *Veja* escreveu que Franklin Martins era "José Dirceu até a morte". Na época Martins resolveu não dar nenhuma resposta com o argumento de não querer polemizar. Dessa vez foi diferente. Em seu *site* oficial, ainda como profissional da rede Globo, Martins escreveu uma nota onde nega com veemência todas as acusações de Mainardi. Sob o título de *Desafio a um difamador*, Franklin Martins rebate as insinuações ao escrever que nunca pediu a nenhum senador a aprovação do nome de seu irmão para a diretoria da Agência Nacional de Petróleo. Em uma atitude inusitada Martins chegou a lançar um desafio a Mainardi. Caso ele conseguisse comprovar que algum senador dentre os 81 que integra o Senado realmente confirmasse a denúncia, ele largaria a sua profissão. Caso contrário Mainardi deveria abdicar de sua coluna semanal.

Em relação ao emprego de sua esposa, Franklin Martins enfatiza que ela é funcionária pública há 20 anos e que todos os cargos por quais ela já passou foram obtidos por mérito próprio. Ainda nessa mesma nota o jornalista presta solidariedade a outros profissionais da imprensa também atacados por Mainardi como Eliane Catanhede, da *Folha de São Paulo*, e Helena Chagas, d'*O Globo* – entre diversos outros. Ultimamente tem sido muito comum a crítica do colunista à jornalistas que ele considera ser de esquerda. Ele mesmo denominou as suas denúncias de "Tribunal Macartista Mainardi" em alusão ao ex-senador americano, que na década de 1950 promoveu uma caça aos

comunistas americanos que viviam nos Estados Unidos – principalmente roteiristas, atores e diretores de Hollywood.

Por fim, Martins chama Diogo Mainardi de "anão de jardim", "bufão", "caluniador" e "bobo da corte" e acrescenta que irá recorrer à Justiça por difamação. Esta mesma nota foi enviada à revista *Veja* para que fosse publicada em uma de suas edições seguintes, mas os editores decidiram não colocá-la na seção cartas, área destinada tanto para comentário de leitores como também um espaço para resposta de pessoas que se sintam injustiçadas por alguma matéria ou coluna. Procurada pela reportagem do *Zero*, a redação da revista não quis se pronunciar a respeito do caso.

Em entrevista concedida ao *Zero*, o ex-comentarista político da rede Globo não quis comentar a polêmica criada entre ele e Diogo Mainardi. Mas questionado em relação a uma eventual criação de um Conselho Federal de Jornalismo, Martins não acredita que essa seja a solução para evitar futuras denúncias infundadas. Para Franklin Martins, os leitores não estão interessados em fatos que não possam ser comprovados. "A sociedade quer infor-



Revista Imprensa repercutiu omissão de *Veja*

Martins ao afirmar que "até hoje *Veja* mantém uma implacável e sórdida Lista Negra que contraria todos os princípios de decência jornalística". Mas Franklin

Martins não ficou muito tempo desempregado.

Perdeu a Globo. Desde os primeiros dias de junho, ele é o novo contratado da rede Bandeirantes.

## Jornalista fala sobre a mudança de emissora, imprensa e mensalão

Após a sua saída da rede Globo, Franklin Martins tem sido muito procurado pelos meios de comunicação para falar em relação a diversos assuntos: como a sua saída da emissora e o mensalão. Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, falou sobre sua saída da Globo. Franklin Martins perguntou à emissora o motivo de sua não-renovação do contrato. "Eles haviam feito uma pesquisa sobre os telejornais e haviam chegado à conclusão que não tinha uma imagem muito forte junto aos espectadores e que por isso haviam decidido não renovar meu contrato", explica o ex-jornalista da Globo.

Ele também se mostrou ressentido a respeito da atitude da emissora sobre a polêmica que envolveu ele e Diogo Mainardi, colunista da revista *Veja*. Para Franklin Martins, a Globo deveria ter oferecido apoio a ele. "Não queria que a Globo sáísse em minha defesa, mas achava que ela (a emissora) poderia ter me dado solidariedade", enfatizou. Martins ainda acrescentou que a Globo deveria ser mais clara em relação a sua saída da emissora. "Se teve algo a ver com o Mainardi eles deveriam me dizer para que eu pudesse apresentar minha defesa", afirma.

Entrevistado pelo *site* Carta Maior, Martins declarou que a cobertura dos meios de comunicação durante as denúncias do mensalão foi muito aquém do esperado. Para ele, os jornais e as revistas buscaram incessantemente o furo sem fazer a devida checagem de informação e inclusive citou como a principal culpada pela cobertura ineficiente. "A imprensa foi longe demais e ninguém foi mais do que a *Veja*. Publicaram coisas gravíssimas sem qualquer prova, como os casos dos dólares de Cuba ou das contas externas de membros do governo. Depois sentaram em cima do assunto, como se não fosse com eles. A *Veja* pagará o preço pela perda de credibilidade".

Para ele, o presidente Lula foi omissivo no escândalo político que movimentou o país durante 2005. "Olha, nesse caso, eu uso o exemplo do pai que pergunta para a mãe sobre a filha. A mãe responde: 'Ela está com o namorado, trancada no quarto há horas e não quer sair'. O pai sabe exatamente o que se passa lá dentro? Não, mas pode supor. Com Lula aconteceu parecido..."

Textos: Diogo d'Ávila

Franklin fica na profissão. E o anão de jardim, até quando?



# Tedioso e controverso evento

*Fórum Folha traz latinos preocupados com democracia e gringos com número de vendas*

**L**uxuoso e simples, digno de aplausos e bocejos. Assim foi o Fórum Folha de Jornalismo, realizado nos dias 10 e 11 de maio em São Paulo. O evento fez parte das comemorações dos 85 anos da *Folha de São Paulo*, um dos principais jornais brasileiros. Quinhentos participantes, na maioria de estudantes da área, assistiram a quatro mesas de debate, todas com convidados estrangeiros, que refletiram a situação de dois mundos diferentes. Enquanto os jornalistas latino-americanos falavam das dificuldades da relação entre governo, mídia e democracia, os ingleses e os americanos pareciam mais preocupados com o nível da qualidade jornalística e o número de vendas. Mas é claro que havia exceções dos dois lados.

O encontro ocorreu na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio). Para chegar ao auditório, que fica no segundo andar, a escala rolante dispensava esforços. Na entrada, belas atendentes, loiras e morenas, que foram uma das atrações para o público masculino, principalmente nos momentos mais tediosos do fórum. Foi com elas que os participantes pegavam a programação, brindes da *Folha* (blocos de papel e canetas) e aparelhos de escuta para acompanhar a tradução das palestras. Sob as luzes fantasmagóricas do recinto, o público se ajeitou em confortáveis poltronas para acompanhar o discurso de abertura de Otávio Frias Filho, diretor de Redação da *Folha*. Sem apresentar novidades, Frias Filho discorreu sobre o futuro do jornalismo em meio às inovações tecnológicas e do seu relacionamento com um público mais exigente.

Em seguida, o mediador Marcelo Beraba, *ombudsman* da *Folha*, iniciou o debate sobre transparência e qualidade jornalística. O primeiro a falar foi Ian Mayes, *ombudsman* do diário inglês *The Guardian* desde 1997 e presidente recém-reeleito da Organização de Ombudsman de Notícias (ONO). Mayes, que tem uma coluna diária no jornal, comentou o cotidiano da profissão e revelou que baseia suas críticas em três pontos: ética do jornal no tratamento a assuntos delicados, transparência na explicação do funcionamento da redação e o uso correto da língua.

Edward Wasserman, professor de ética jornalística na Universidade Washington e Lee, dos Estados Unidos, ironizou a resistência da mídia americana a órgãos independentes de monitoramento: "Nem os advogados resistem tanto". De acordo com Wasserman, o movimento no seu país pela transparência é uma reação à corrupção do governo e das corporações. Para obter a tão desejada qualidade jornalística, o colombiano Germán Rey, ex-*ombudsman* do jornal *El Tiempo*, defende a separação das diferenças dos interesses do departamento comercial e da publicação, e a construção de uma agenda que reconheça mais as demandas sociais. Além disso, declarou que os jornalistas precisam voltar a compreender o contexto dos fatos. "O mundo escapou do jornalismo", resume.

Após o *coffee break* frugal (somente café e água), os espectadores voltaram ao auditório para assistir à mesa sobre poder e jornalismo na América Latina. Para o peruano Alvaro Vargas Llosa, que dirige o Centro para a Prosperidade Global, de Washington, a falta de um Estado de Direito pleno resulta em uma relação traumática e tortuosa entre governo e mídia, cujas características mais visíveis são a violência e a impunidade. Llosa reforçou o argumento com números da Federação Internacional dos Jornalistas: 300 jornalistas latino-americanos morreram nos últimos 18 anos, mas em 95% dos casos não houve punições.

Sem ter piedade da paciência alheia, o venezuelano Boris Muñoz, editor-chefe da revista *Nueva Sociedad*, cansou o público ao ler por 25 minutos um relatório sobre os conflitos entre o governo e a imprensa em seu país. "Ser jornalista hoje na Venezuela é ser vítima da violência", relata. Violência que chegou a ponto de obrigar os jornalistas a ir aos protestos com capacete e colete à prova de balas. Andrés Oppenheimer, editor de assuntos da América Latina do *Miami Herald*, ressuscitou a atenção dos participantes ao criticar o denun-



Munoz cansou platéia ao ler relatório sobre mídia da Venezuela durante meia hora Llosa: imprensa latina sofre com violência



Jornalismo em crise: Blank aponta danos à democracia, Banfi vê mídia como poder e Oppenheimer ataca pautas e denunciismo

cismo praticado pelos jornalistas latino-americanos e defender uma atenção maior para temas ignorados, como a educação.

Na manhã do segundo dia, o auditório tinha menos pessoas durante a mesa sobre jornalismo e democracia. O colombiano Jaime Abello Banfi, diretor-executivo da Fundação Novo Jornalismo Ibero-Americano, analisou a atual imagem da imprensa na América Latina. "É mais vista como um poder do que um serviço ao público", pondera. Júlio Blank, editor-chefe do jornal argentino *Clarín*, lamentou as falhas da mídia e a criticou por criar a ilusão de participação democrática. "O jornalismo nem sempre ajuda a democracia, embora a democracia sempre ajude o jornalismo", ressalta. Jennifer Moyer, diretora de operações do serviço on-line do *Washington Post*, apresentou quatro sites do WP Company e discorreu sobre as mudanças que a internet vem trazendo na interatividade e na relação entre a imprensa e a cidadania. Como exemplo, mostrou o banco de dados de votações no Congresso americano que qualquer pessoa pode acessar na página. É possível também acompanhar a trajetória dos parlamentares desde 1991.



Moyer: web ajuda sociedade



Renderos: palavras otimistas

Realizado no começo da tarde, o último debate foi sobre os limites da reportagem. Diante de uma platéia maior, a peruana Maria Teresa Renderos falou que as características necessárias ao repórter são: experiência, observação para aproximar-se da verdade e imaginação para sonhar. "Os repórteres devem contar histórias justas e boas", prescreve sor-

rindo. As palavras esperançosas de Renderos desapareceram quando seu compatriota Ricardo Uceda, diretor do Instituto Imprensa e Sociedade do Peru, avisou: "Não é possível conseguir toda a verdade. Só podemos contar partes dela." Como a iluminação do auditório estava mal distribuída, o peruano praticamente falava envolto por sombras. Alguns estudantes cansados não resistiram à combinação do cansaço pós-almoço mais o linguajar lento do palestrante e acabaram cochilando. Assim, não ouviram os três limites da reportagem que Uceda apresentou. O primeiro é a dificuldade de retratar coisas subjetivas, em obter o registro interior das pessoas e dos lugares. O fator seguinte é a restrição do conceito de notícia. "Quando buscamos o mais chamativo, deixamos o que temos de mais importante muitas vezes de lado", explica. E por último, é claro, aparecem as questões financeiras.

Coincidência ou não, o último dos doze palestrantes do fórum foi o mais ovacionado. Sempre bem-humorado, Robert Fisk, premiado jornalista e correspondente do jornal inglês *The Independent* no Líbano, atacou as coberturas superficiais. Segundo Fisk, é preciso descobrir o contexto das guerras e monitorar o poder para evitar distorções dos fatos. "O correspondente estrangeiro deve levar um caderninho em um bolso e um livro de História no outro", acredita. O repórter criticou a atuação da mídia no Iraque e falou sobre a necessidade de retratar o lado verdadeiro da ocupação. "É nosso trabalho falar com as vítimas", reflete. Com suas tiradas, fez a platéia rir sem parar – em determinado momento, até o tradutor não conseguiu se manter sério. O auge ocorreu quando Fisk relatou o uso excessivo de fontes oficiais nas matérias nos EUA. Foi o único a ganhar aplausos antes do fim da palestra. E talvez o único que realmente obteve atenção dos espectadores do começo ao fim.

**Rodrigo Schmitt**

# Tudo por um punhado de dólares

Universitários fazem bico nos EUA com salário maior que os de suas futuras profissões

A luz da manhã nublada e fria de primavera em São Paulo iluminou uma cena inusitada em frente à embaixada americana: cerca de mil jovens formavam uma extensa e sonolenta fila em plena segunda-feira. Munidos de pastas e documentos variados, esperavam nervosamente a entrevista com os funcionários do cônsul, a temida série de inocentes perguntas encarregada de decidir quem pode ou não ter o visto J1 carimbado no passaporte.

A apreensão típica da juventude era injustificada, já que do total de estudantes apenas três não conseguiram a permissão de permanência e trabalho temporário nos Estados Unidos, por problemas com a documentação. Em Florianópolis, a procura por esse tipo de "intercâmbio" já cresceu seis vezes em cinco anos e em dezembro de 2005, cerca de 1.350 jovens embarcaram com esse objetivo rumo à terra do Tio Sam.

O que espera esses universitários na outra ponta do continente são empregos de baixa especialização, ou seja, ocupações de pouca complexidade, levando-se em conta o seu nível intelectual. A remuneração é medíocre para os padrões americanos, entre US\$ 800 e US\$ 1000 por mês, porém é maior do que o piso salarial de um jornalista em Santa Catarina, por exemplo. As empresas que promovem esse programa calculam que cerca de 80% das vagas de trabalho são disponibilizadas por estações de *ski*. Localizadas em cidades pequenas e isoladas, elas sofrem de carência de mão-de-obra quando a temporada de inverno chega, época de férias dos brasileiros.

O jovem que participa desses programas de intercâmbio pertence às classes A e B pois tem que arcar com o custo total da viagem, algo em torno de US\$ 2.800, precisa estar matriculado em alguma universidade e ter um nível de inglês regular. A maioria dessas pessoas nunca trabalhou no Brasil e está tendo seu primeiro contato com chefes, promoções, broncas, demissões, agruras da vida adulta.

Nos Estados Unidos o costume da mesada não é comum entre os pais, o trabalho é incentivado como manda a boa e velha moral cristã. Como resultado, vários colegas de trabalho dos brasileiros são, além de pessoas simples ajudando suas famílias, jovens juntando dinheiro para comprar um par de tênis novos ou a última bugiganga eletrônica.

"Muitos dos participantes do programa se acostumam a trabalhar e arranjam emprego depois que voltam para o Brasil. Eles valorizam mais o dinheiro", diz Felipe Jandiroba, diretor de uma das agências de intercâmbio da cidade. Funcionários dessas empresas notam que os estudantes passam a respeitar mais os chamados sub-empregos depois de já ter sentido na pele como é estar num deles.

O quadro de empregados das empresas que promovem esse tipo de viagem é composto, quase sem exceções, por pessoas que já participaram do programa anteriormente. Essa estratégia procura reduzir as apreensões e incertezas dos interessados, "eles gostam de ver que você foi e voltou inteiro", brinca Rafael Dutra, que trabalha em uma das agências especializadas.

A ambição de voltar de viagem carregado de dinheiro costuma ser refreada na hora da venda do programa por ser bastante difícil de concretizar, ainda mais com empregos de remuneração mínima. "Os brasileiros acabam optando por gastar o que ganham fazendo viagens ou comprando coisas, preferem pagar os custos do que fazer dinheiro", garante Irani Loch, funcionária de outra empresa do ramo.

Roberto Saraiva



Em Florianópolis, "intercâmbio" cresceu seis vezes em cinco anos. Só em dezembro de 2005, 1.350 estudantes foram para os EUA



Jovem paga os custos mas não volta com as verdinhas

## Programas saem por até US\$ 3 mil

O programa de trabalho temporário nos Estados Unidos, menina dos olhos das agências especializadas, é direcionado exclusivamente para universitários matriculados e em férias. As razões para a cobrança não são difíceis de desvendar: o governo americano quer o maior número de garantias de que os estrangeiros retornarão aos seus países. A universidade, não importando se é privada ou pública, seria um vínculo forte o suficiente para convencer os mais resistentes a retornar, o que não impede um certo número de desgarrados de estender a visita, legal ou ilegalmente.

A duração dos programas varia de três a quatro meses de serviço remunerado, a partir de novembro. Após esse tempo, o estudante tem a opção de viajar durante mais trinta dias ou voltar para casa. Interrupções prematuras, geralmente em janeiro ou fevereiro, são frequentes e não causam muita dor de cabeça, já que essa é a baixa temporada, época em que a iniciativa privada conta muita mão-de-obra. A promessa de 35 a 40 horas semanais de trabalho, feita no Brasil, pode não se concretizar nesse período. O nível de inglês exigido é regular, mas espera-se que o jovem ao menos entenda o que é falado ao seu redor. Quanto maior a habilidade com o idioma, melhores as chances de conseguir cargos com maior responsabilidade, remuneração e contato com o público. Pouca intimidade com o inglês pode significar alguns meses em trabalhos menos sofisticados, como o de faxineiro. A possibilidade de aumentar o conhecimento da língua é apontada pelas empresas do ramo como um dos fatores determinantes da grande procura por esse tipo de programa, e o argumento chave na hora de convencer os pais a meter a mão no bolso.

As vagas de trabalho são disponibilizadas por companhias americanas meses antes da viagem ou ficam a cargo da agên-



Várias atividades para ganhar entre 800 e mil dólares

cia brasileira escolhida, que faz a seleção dependendo da região do país que mais interessa ao cliente. Para os mais seguros ou experientes há também a possibilidade de escolher o próprio emprego, já nos Estados Unidos. O sistema varia segundo a empresa que organiza o programa.

A viagem é planejada desde o início por agências locais em parceria com organizações americanas de fomento ao intercâmbio, as chamadas *sponsor companies* – empresas patrocinadoras. Elas organizam a situação do estudante desde a entrevista do visto, quase sempre concedido facilmente, até papeladas como seguro médico e *social security* – o cartão de previdência social. O custo disso é embutido no preço do programa, despesa relativamente difícil de resgatar até para os mais contidos com as compras nos EUA.

**Outras chances-** A possibilidade de viajar e trabalhar durante um curto período de tempo nos Estados Unidos é recente no Brasil, sendo praticado desde 1998. O ganha pão das empresas do ramo até então era: intercâmbio estudantil, secundarista ou universitário; pacotes convencionais de turismo e trabalho remunerado de longa duração. Nessa última categoria entra o chamado *Au pair*, voltado para mulheres jovens interessadas em trabalhar como babás por um ano. As agências mostram-se surpresas com o número de universitárias que chegam a trancar seus cursos para participar do programa. O pacote não é exclusivo para pessoas com ensino superior. Outra modalidade de trabalho no exterior é o chamado W2B, tipo especial de visto de trabalho com validade de um ano. Para esse programa também não é necessário frequentar uma faculdade. Alguns brasileiros procuram, já nos Estados Unidos, trocar seus vistos de J1 para W2B para ficar mais tempo no país. (RS)



Sacrifício financia passeios e gadgets

# Manual de sobrevivência na América



**Em dezembro de 2004 deixei para trás o calor do natal brasileiro e tomei o avião para a geladíssima cidade de Denver, no estado americano do Colorado. Meus objetivos para os seis meses que ficaria por lá eram produzir um vídeo sobre snowboard (que seria meu TCC para o Curso de Jornalismo da UFSC) e ganhar algum dinheiro nos famosos "sub-empregos" dos EUA, ainda que o visto no meu passaporte não permitisse que eu trabalhasse. Esse texto conta um pouco dessas experiências profissionais ilegais.**

Como não tinha nenhum contato na cidade, me pareceu que a lojinha de produtos brasileiros fosse um bom lugar pra começar a busca por "verdinhas". Se lá não tivesse uma placa de Now hiring ("Temos vagas"), talvez eles conhecessem algum brasileiro em condições de empregar um contêrnão recém-chegado. De fato: a paraibana do balcão me esticou um papel com o telefone e o nome de Oswaldo.

A primeira entrevista de emprego nos EUA não duraria mais de dez minutos. Aquela manhã foi uma das mais frias e esbranquiçadas do inverno, com grandes flocos de neve dançando ao sabor do vento forte. Fomos juntos, eu e meu amigo Leo, o americano com quem dividia um apartamento de um quarto. Se o salário fosse sedutor, ele também tentaria uma vaga. Oswaldo me deu a mão, cumprimentou Leo e se sentou à nossa frente:

- "Os dois querem trabalho?"

"Eu quero, com certeza", respondi. "Meu amigo talvez, depende..."

Atrás de um barrigão satisfeito, Oswaldo passava os dedos gordos pela barba comprida e branca. Tinha bochechas grandes e rosadas e usava boina. Gaúcho, judeu, morador de Denver há trinta anos, era republicano até a medula. Na parede do escritório, entre várias cartas de agradecimento do partido conservador, uma medalha de ouro enviada pelo Congresso ao "Republican of the year". Ele se virou para meu amigo:

- "Qual seu nome?"

"Ahn... meo nomi Leopoldo. Ahn... trabalhar em Home Depot", respondeu Leo, com seu português precário.

"Ah, você é americano? Então você deve continuar lá. É um bom emprego". E foram as únicas palavras que ele diria ao Leo. Naquele momento, não entendi a rejeição tão pronta. Depois eu entenderia.

A conversa comigo foi quase tão rápida quanto.

- "Tem medo de altura? É bom em esportes? Tá contratado?"

Quanto ao salário, primeiro ele iria avaliar minha capacidade de trabalho, depois me diria.

No dia seguinte, sete da manhã, lá estava eu com luvas de couro e marmitta na mochila. No primeiro dia na companhia de roofing (colocação de telhado), carreguei a caminhonete com mil libras (cerca de 500 quilos) de telhas metálicas e viajei até Bolder, município vizinho, onde descarreguei tudo na casa do cliente. Depois fiz a mesma coisa de novo. Sem contar as libras de ladainha republicana que escutei nos percursos.

Neste dia conheci o mexicano Hector. Baixinho, moreno, rosto redondo e sorriso fácil. Nós dois éramos a totalidade do corpo de trabalho da Good Roofings Co.

Hector não tem passaporte, quem dirá visto de trabalho. Chegou aos EUA há dois anos, andando pelo deserto da Califórnia. Tem mulher e um filho de oito meses. Arranha um pouco de inglês, o que o coloca um passo à frente da grande maioria dos imigrantes mexicanos. Muitos deles não falam inglês. Não precisam. São muitos, só conversam entre eles, são atendidos por outros mexicanos nas lanchonetes, só ouvem rádios mexicanas (em Denver existem três), que anunciam empregos onde no se necessita hablar inglés. No segundo dia, cheguei ao depósito as sete da manhã. Carregamos a caminhonete com ferramentas, serra elétrica, escadas, suplementos e saímos para trabalhar às oito horas. No caminho, Oswaldo decretou: "esse tempo em que a gente carrega a caminhonete não conta como hora trabalhada, viu?". Não consegui abafar uma interjeição de desgosto, que Oswaldo notou e perguntou: "Pelo jeito, você não concorda, né?"

Tentei ser sincero e ao mesmo tempo ter tato: "Olha, se você quer que eu diga a verdade, eu não gosto desta idéia não, porque a partir do momento que eu estou aqui, a sua disposição, carregando a caminhonete, eu considero que já estou trabalhando e..."

"Mas isso é no Brasil", me interrompeu o patrão. "Lá vocês são tudo comunista; aqui a gente é republicano, conservador e as coisas funcionam assim. Pode ir se acostumando".

A semana seguiu cheia de aprendizados. Por dois dias trabalhamos na reforma de uma casa velha que Oswaldo havia comprado para revender. Basicamente, foram dois dias cortando árvores. Para cada árvore, o mesmo procedimento: primeiro eu subia em uma "escada de bombeiro" para amarrar a corda lá no topo; então um de nós serrava e outro puxava a corda para que o tronco tombasse para o lado certo. Às vezes era preciso amarrar a outra ponta da corda em uma árvore vizinha e se pendurar como roupa no varal para fazer a força necessária. Uma vez derrubada, a árvore era picotada em pedaços menores, que levávamos para a caminhonete. Trabalho pesado. Dezenas de árvores.

No final da semana, hora do pagamento. Eu esperava no corredor e ouvia o chefe acertar as contas com Hector. "Bom, isso é o que eu te devo, certo?" "Si, pero... bueno, patrón... Es que yo no tengo dinero para pagar lo renta de mi casa, y tengo que pagar en lunes, entonces..."

"Tá, fala quanto é, eu te empresto e você fica me devendo". Em poucos minutos o pequeno Hector saía da sala com a folha de cheque na mão e um sorriso meio forçado. "Hasta lunes, Pedro".

Até aquele momento eu não sabia quanto estava ganhando por hora. Entrei na sala, sentei e esperei o patrão falar. "Bom, Pedro, pro Hector eu pago nove a hora... mas para voce eu vou pagar dez, certo?" Certo? Se fazíamos exatamente o mesmo trabalho? Certo não estava, mas eu aceitei sem discutir. Depois de três semanas, mudei de emprego. Cada vez que nevava, não dava pra fazer telhado - e em Denver, no inverno, isso significa pelo menos uma vez por semana. Mudei para um emprego in-door, indicado por Oswaldo.

Agora eu era pintor. Meu patrão era outro gaúcho, chamado Maycon. Se eu achava que meu último chefe era rigoroso para descontar horas "não-trabalhadas", logo descobriria que a coisa podia ser bem pior.

No novo emprego, passei a ganhar seis dólares a hora. Pagamento baixíssimo, mesmo para trabalhadores braçais (a lei do Colorado estabeleceu salário mínimo de US\$ 5,35 a hora). A vantagem é que eu podia trabalhar a semana inteira, dez horas por dia, nevasse ou fizesse sol - não que todas essas horas viessem a ser incluídas no pagamento, claro.

Na empresa de Maycon, se você ficar vinte minutos parado esperando um

novo galão de tinta, por exemplo, eles descontam do pagamento. Se você deixar a tinta secar e estragar um pincel, se tiver que pintar novamente uma parede mal-feita, se tiver que parar para limpar tinta derramada no carpete, tudo se desconta do pagamento - inclusive a hora do almoço, o que é praxe para qualquer um que ganhe por hora nos EUA. Quer um exemplo? Sexta-feira, quatro de fevereiro, terminamos de pintar uma casa as nove e meia da manhã. O supervisor conferiu o relógio. Então começamos a lavar as ferramentas, limpar a pia, recolher o lixo que deixamos pela casa, reunir todo material e levar para a caminhonete. Fomos para outra casa. Descarregamos, entramos, esticamos as lonas para proteger o carpete, preparamos a tinta e começamos a pintar de novo exatamente às dez e meia. No final do dia, o supervisor avisou que aquela hora (entre nove e meia e dez e meia) não seria contada como hora trabalhada, já que não estávamos pintando. Se eu senti alguma revolta, fui o único. Os dois mexicanos e o outro brasileiro da equipe já estavam acostumados e aceitavam o esquema com indiferença. Todos eram trabalhadores ilegais, assim como todas as pessoas com quem trabalhei na viagem. Ou seja, não têm nenhum direito trabalhista e aguentam com a cabeça baixa qualquer determinação do patrão. Quer reclamar? Vai na corte e vê o que acontece.

Então entendi porque o Leo foi tão rapidamente recusado naquela entrevista. Ele é americano. Nos EUA, pouco se contrata americanos para trabalhos braçais. Eles teriam direitos demais. Pelo que pude testemunhar, quase todas as pessoas empregadas na construção civil, nas cozinhas, nas companhias de limpeza, enfim, quase todo mundo que pega no pesado é imigrante. Quase sempre ilegais.

## Patrões americanos não acham a ilegalidade uma coisa ruim. Pagar pouco rende muito mais

A palavra "ilegal" tem um sentido diferente por aqui. Quando ouvimos "ilegal", imaginamos se tratar de algo proibido e combatido pela polícia. Errado. Segundo relato de todos os "illegais" que trabalhamos comigo, polícia não significa incômodo. Todo mundo sabe que eles são "illegais", todo mundo sabe onde encontrá-los... e ninguém está interessado em se livrar deles. Ao contrário, eles são um ótimo negócio para aqueles a quem a polícia foi criada para servir: os patrões.

Eles compram carros, financiam casas, fazem empréstimos em banco, pagam impostos, alguns até declaram renda - mas são "illegais". Eles compram documentos falsos, que a polícia não teria dificuldade se quisesse proibir (eu mesmo, em um mês, já sabia de dois "vendedores" de documento. Por US\$ 200,00, você tira identidade, carteira de motorista e até green card. Não servem pra nada, só para preencher formulários de emprego em lanchonetes, que vão para um departamento do governo onde ninguém se importa em conferir os dados). Trata-se de uma imensa massa de cidadãos comuns, com família, trabalhadores - porém sem direitos. A palavra "ilegal" se tornou apenas isso: uma palavra.

Conclusão número um: os Estados Unidos precisam, mais que isso, adoram, seus trabalhadores "illegais".

## Com US\$ 1200 a travessia fica segura. Mas até com US\$ 300 se chega. Humilhado, mas chega

Vida de pintor não foi mole. Significava ficar horas fazendo um rolo subir e descer pelas paredes; significava se trancar dentro de um banheiro com um galão de vinte litros de tinta fedorenta, antes mesmo do sol nascer. Significava usar extensões pesadas para alcançar os tetos, ou ficar horas agachado, perseguindo um rodapé - sim, "pintor de rodapé" não é só uma piada, mas também uma profissão. Tudo isso sem parar cinco minutos para descansar. Significava também ficar meia hora a mais no trabalho, todos os dias, para lavar as ferramentas do patrão - sem ganhar um centavo por isso. Significava comer arroz e feijão com colher, sentado no chão poeirento da casa em reforma. E depois de tudo isso, chegar em casa todo pintado e ficar uma hora no banho desgrudando casquinha de tinta.

Neste emprego, ouvi muitas histórias sobre como mexicanos, brasileiros e outros clandestinos fazem para cruzar a fronteira. Um deles, brasileiro, chegou à Cidade do México, pagou US\$ 1800 a uma senhora (para mexicana eram US\$ 1300), entrou num carro oficial - ou seja, imune aos bloqueios de la policía - e viajou vinte horas até uma fazenda próxima à fronteira. Lá, ele e outro rapaz receberam as instruções: "vocês vão entrar nesse milharal e correr dez minutos nesta direção. Aí vocês vão encontrar uma ponte que passa por cima de uma estrada. Pulem e esperem em baixo da ponte. Um carro vai passar, buzinar e parar uns duzentos metros a frente. Esse é o carro que vai levar vocês".

E lá foram eles, correndo pelo milharal escuro. O outro garoto era meio gordinho e estava sempre um pouco para trás. Finalmente, a ponte. Eles pularam e ficaram esperando atrás de uma cerca, na beira da estrada. Um carro passou... e seguiu reto. Depois veio um caminhão... e nada. Passaram mais dez minutos e nada.

- "Será que a gente demorou demais e o cara já passou?"

Então um carro passou, buzinou e parou mais à frente.

O garoto pulou a cerca e se pôs a correr. Na metade do caminho, ele deu pela falta de alguma coisa. O outro garoto! Ao olhar para trás, percebeu que o companheiro não conseguia pular a cerca. O garoto se virou, correu de volta e rebocou por cima da cerca um gordinho com a cara mais assustada do mundo. Então ambos correram para o carro. O motorista dirigiu até um posto de gasolina das redondezas, onde os imigrantes passaram para um caminhão. Depois, eles viajaram cinco horas dentro de um caixote. Finalmente o motorista deu sinal verde e eles puderam se sentar ao seu lado, na boléia.

Outro conhecido cruzou a fronteira de cuecas, dentro de um rio de lama que cobria até o peito. Ele e mais três. As roupas levantadas na mão, dentro de um saquinho de supermercado. As malas viriam depois, por avião. Do outro lado, uma mulher esperava por eles em um velho Olds mobile. Uma mulher enorme, forte e mal-encarada. Segundo meu conhecido, ela dirigiu vinte quatro horas, até Denver, parando só quando a gasolina estava perto de acabar. O detalhe: os quatro rapazes, todos sujos e fedendo a lama, não tinham permissão para sair do carro durante toda viagem. Para que pudessem urinar, a mulher deu a cada um uma garrafa plástica. Dureza? Sim... mas nada se comparado a imigrar com coyotes.

Se você não tem US\$ 1.800 para garantir uma travessia segura - ainda que desconfortável, pode arriscar pagar US\$ 300, às vezes até US\$ 200 para homens que conhecem o caminho do deserto. São os coyotes. A travessia pode durar de dois dias a duas semanas. Ou mais. Ou menos. Ninguém sabe. Ninguém sabe quanto tempo, ninguém sabe o caminho, ninguém sabe se é seguro, ninguém sabe nada. No meio do deserto, todos estão com a vida nas mãos dos coyotes. E eles podem pedir qualquer coisa em troca.

Tem um pintor brasileiro que trabalhou comigo e se chama Napoleão. Ele e o filho dele, cada um conheceu uma garota que imigrou nas mãos de coyotes. As histórias são parecidas. Napoleão trabalhou num McDonalds com uma menina de Honduras. "Moreninha, bonitinha, não tinha mais que 18 anos", conta ele. Num dos primeiros dias de trabalho, ela desmaiou na cozinha. A turma ficou assustada, mas a garota se levantou e, parecendo recuperada, continuou cortando qualquer coisa na pia. Mas nos dias seguintes Napoleão reparou que a garota, enquanto trabalhava, às vezes chorava em silêncio.

Até que um dia ela desmaiou de novo. Definitivamente preocupada, a equipe quis saber o que se passava. Ela contou. Eram as memórias. Por uma semana, ela andou no deserto da Califórnia guiada por coyotes. Então ela contou o que acontecia de noite, depois que eles separavam as meninas dos rapazes e as levavam para dormir do outro lado da colina. Uma semana. Todas as noites. Depois de três meses, arrasada pelo trauma, a menina voltou a Honduras para morar de novo com a família. De acordo com o relato da outra testemunha, aquela que conhece o filho de Napoleão, esse tipo de história não é exceção. Essa só escapou dos abusos graças aos apelos do irmão e de um primo que viajavam junto. Ela era a única menina do grupo que podia passar a noite na tenda dos meninos.

Por que essas pessoas se sujeitam a isso? Por que elas saem de seus países, deixam pra trás família e amigos, passam pelos piores pesadelos para cruzar a fronteira e vêm morar nos Estados Unidos para trabalhar num regime de semi-escravidão? Claro que é pelo salário, que de fato é bom. Mas será que vale a pena passar por tudo isso apenas por dinheiro? Conclusão número dois: a coisa deve estar mesmo muito feia em certos países da América Central.

## Serviçais passam várias horas na casa dos clientes sem serem notados. "Não, não é ninguém"

O emprego de pintor durou quase dois meses e terminou com um pagamento enganoso e a conseqüente briga com o patrão. Então passei por um longo e tedioso período de desemprego. Por mais de um mês, arrisquei telefonemas, grimphei em jornais e distribuí panfletos oferecendo meus serviços, mas a sorte não estava do meu lado.

O fato de eu ter decidido não comprar documentos falsos atrapalhava bastante. Patrões que não querem saber de documentos, não anunciam em jornais. Meus poucos contatos na cidade se esgotaram. Os dias passavam, as semanas passavam e minhas economias só encurtavam. Até que um dia eu abri o jornal, fiz um círculo em vermelho e telefonei para Ken.

Aquele que viria a ser meu primeiro patrão americano se mostrou simpático ao telefone. Liguei mais algumas vezes nos dias seguintes, contei a ele sobre minha situação clandestina, ele disse que não ligava, combinamos as coisas que tinham que ser combinadas e começamos a trabalhar. Desta vez, como ajudante de Ken em sua pequena empresa de limpar carpetes, ou às vezes trabalhando na própria chácara de Ken, fazendo pequenas reformas, cortando árvores.

O limpador de carpetes é como o encanador ou o faxineiro. É aquele que entra na sua casa e você não sente vergonha da bagunça. É aquele ser-humano invisível, como o lixeiro, de quem se diz: "Que barulho é esse? Não é ninguém, é o lixeiro". No caso do limpador de carpetes, você o convida a entrar, aponta o que deve ser consertado ou limpo, sempre sabendo que aquele empregado irá embora em uma hora para nunca mais voltar.

A casa diz muito a respeito do estilo de vida do dono. Uma casa é suja e mal cuidada, outra tem uma coleção de DVDs na sala, outra tem um monte de brinquedos no chão do quarto das crianças, outra tem um carpete que parece já ter sido limpo há não mais de uma semana.

Uma vez a gente entrou na casa de uma mulher que devia estar chegando aos quarenta. Foi um dos carpetes mais sujos da minha carreira. Por toda extensão do rodapé havia tufo de cabelo e migalhas de bolacha. Ao lado da cama da dona, vi uma enorme perna de barata junto a uma bagana de maconha. O quarto das crianças dava a impressão de nunca ter sido arrumado ou aspirado.

A mulher tinha cabelos loiros e encaracolados, olhos claros, sorria pouco, falava só o necessário e estava, digamos, acima do peso ideal. Era uma manha de quarta-feira e ela assistia à TV no porão, rodeada pelos três filhos, um deles já adolescente. Não havia nenhum sinal de homem na casa e eu imaginei que se tratava de uma mãe solteira. Mas depois notei que em todos os quartos havia cartazes de apoio aos marizetes. Então, acho que ela é viúva, ou uma daquelas mulheres que esperam o marido voltar da guerra.

Mas por que eu estou contando a história dela? Para mostrar como se sente o limpador de carpetes: sai daquela casa com a impressão de saber muito a respeito da vida daquela mulher e, apesar disso, sentindo que mal havia sido notado. Nos últimos quinze dias, trabalhei exclusivamente na chácara de meu patrão. Esses dias foram os de trabalho mais pesado que já fiz, não apenas no Colorado, mas em minha vida. A primavera já estava em seu auge, o sol era constante e os termômetros estavam sempre indicando os 40 graus. Depois de cavar enormes valas no chão, preenche-las com cimento, erguer a estrutura e esticar a cerca metálica, construí um canil para os cachorros de Ken, que ele classificou como bombproof and bearproof (à prova de bombas e dos ursos que eventualmente aparecem por ali).

Trabalhei com Ken até meu último dia em Denver. Apesar das diversas discussões que tivemos, apesar de ele ficar com metade das gorjetas que eu ganhava, apesar de ele estar sempre dizendo "mais rápido, mais rápido", considero Ken o mais justo dos chefes que tive no Colorado.

O saldo da aventura: depois de cinco meses e meio, o dinheiro que economizei foi suficiente para comprar um monte de bugigangas (como roupa, tênis, relógio), além do computador de última geração onde hoje escrevo essas linhas e termino de editar meu vídeo de snowboard. Além disso, pagou uma viagem de quinze dias, na qual dirigi 6 mil quilômetros, passei pelas montanhas Rochosas, planície de Moab, deserto de Mojave, Grand Canyon, costa da Califórnia, Los Angeles, Hollywood, San Francisco e terminei em um hotel-cassino em Las Vegas. Além de dinheiro, essas experiências profissionais me renderam um razoável conhecimento sobre trabalhos manuais. Também me ensinaram a importância - inclusive jornalística - de se saber pintar uma parede, cavar um buraco no chão ou misturar um saco de cimento. Afinal, o que é o jornalismo senão a profissão onde qualquer conhecimento é válido para sua carreira?

Conclusão número três: trabalhar ilegalmente nos EUA foi dureza, mas acho que as coisas difíceis acabam sendo aquelas das quais se diz: "valeu a pena".



Pedro Carvalho

# Apurar nunca foi tão arriscado

Com impunidade "altíssima", América Latina presenciou entre 80 e 100 assassinatos

## WAN expõe casos de agressão e violência contra jornalistas

O ano de 2005 foi o mais perigoso para os jornalistas desde 1995. No total 63 repórteres e 5 colaboradores foram assassinados, no exercício da profissão ou em decorrência da manifestação de opiniões, em relação às 64 mortes registradas há dez anos, de acordo com a organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF).

Na América Latina, seis perderam a vida, sendo dois deles brasileiros: José Cândido Amorim Pinto e Ricardo Gonçalves Rocha, segundo a Associação Mundial de Jornais-WAN, na sigla inglesa. No Iraque ocorreram 22 homicídios, no conflito mais fatal para os profissionais da mídia desde a Guerra do Vietnã. Assim como aconteceu em 2004, o Iraque foi o país onde mais jornalistas foram assassinados.

Segundo Timothy Balding, presidente da Associação Mundial de Jornais, "a cobertura da guerra e do terrorismo continua sendo uma missão extremamente perigosa para os jornalistas, que constantemente arriscam suas vidas".

A morte de jornalistas, no entanto, não é prerrogativa de áreas de conflito. Depois do Iraque, as Filipinas, com sete homicídios, é o país com mais profissionais de imprensa assassinados, e o primeiro, se for considerado o fato de não existir conflito bélico registrado. As informações são da WAN, que junto com outras instituições também contabiliza números de mortes de jornalistas, que são diferentes por usarem metodologias distintas.

De acordo com a WAN, 58 profissionais de imprensa foram assassinados no ano passado, em comparação com os 71 em 2004, e 53 em 2003. No Iraque 23 morreram em 2004 e 15 em 2003. Pelos números da organização Repórteres sem Fronteira, os 56 jornalistas mortos fazem da Guerra do Iraque o conflito entre nações mais perigoso para a imprensa desde a Guerra do Vietnã, que vitimou 63 repórteres. Durante o conflito na Iugoslávia (1991-95) 49 profissionais perderam a vida. E na Argélia, a guerra civil, matou 57 jornalistas e 20 assistentes de mídia.

Já para a Federação Internacional de Jornalistas, 150 jornalistas morreram em 2005, sendo 89 deles assassinados. O Iraque, que teve 35 assassinatos, foi o país onde mais se matou profissionais da imprensa. Além disso, 61 repórteres morreram em decorrência de acidentes, como aconteceu no Irã, onde 48 perderam a vida num acidente de avião.

Felipe Mendes

Após a publicação do relatório *Liberdade de Imprensa no Brasil*, da Federação Nacional dos Jornalistas-Fenaj, fica-se na espera de que o objetivo dele — denunciar os casos de violência contra jornalistas e profissionais da comunicação para exigir ações mais eficientes do Poder Público — seja alcançado. Pois, se o número de assassinatos e agressões contra jornalistas é alto, o mesmo pode-se dizer em relação à impunidade daqueles que cometerem esses atos. "A impunidade de assassinatos e agressões físicas contra jornalistas na América Latina é altíssima", afirma o venezuelano Ignacio Alvarez, relator para liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

De 1995 até 2005, onze jornalistas foram assassinados por causa das reportagens em que estavam envolvidos. Um número que pode ser considerado baixo se comparado ao número de brasileiros mortos durante esses anos. Porém, a violência contra jornalistas é um crime contra a sociedade. Ao assassinar um jornalista estão reduzindo a possibilidade de a população exercer a cidadania, defende a Associação Nacional de Jornais em seu Relatório anual sobre liberdade de Imprensa no Brasil, publicado em dezembro de 2005. O assassinato de repórteres diminui a liberdade de imprensa. "Sem imprensa não há informação. Sem informação não existe povo que exerça a cidadania. Não há cidadania sem liberdade de imprensa", registra o relatório. Para a Fenaj, as agressões contra o jornalista são uma ameaça à democracia.

Dos 11 casos de assassinato, apenas um responsável, o do jornalista Tim Lopes, foi punido. A impunidade de assassinatos marca o país. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, cerca de seis mil pessoas são mortas todos os anos. Apenas 20% desses crimes são esclarecidos. Assim, para tentar aumentar essa porcentagem os crimes contra profissionais de imprensa deveriam ser "exemplarmente apurados e os culpados, punidos", defendia o Instituto Gutemberg, em artigo publicado em 1999.

## Fenaj relata 11 mortes desde 1995

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) divulgou, no início de abril, a primeira parte do relatório *Liberdade de Imprensa no Brasil*, relatando episódios de violência contra jornalistas no ano de 2005. Diante dos 64 casos analisados, dois deles com morte, a instituição conclui que "o Brasil é um país perigoso para o exercício do jornalismo". A divulgação do relatório, que, diferentemente dos anos anteriores, é mais extenso e detalhado, faz parte da *Campanha Nacional em Defesa da Liberdade de Imprensa*, lançada em junho de 2005.

O objetivo do documento é denunciar os casos de violência contra jornalistas e profissionais de comunicação para exigir ações mais eficientes do Poder Público. Para a FENAJ, as agressões contra o jornalista também são uma ameaça à democracia. "A meta é tornar público a situação de risco que se encontra não só o profissional,



Oliveira: dono de A Região (BA), denunciou prefeito e delegado, e foi morto em 98

Nesse artigo, o Instituto critica as entidades corporativas, como a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), por apenas fazerem relatórios com números e dados sobre as agressões e assassinatos, ao invés de produzirem informação jornalística sobre os crimes e acompanharem o andamento das investigações. Para os membros do Instituto, um dos motivos do esquecimento por parte da grande imprensa seria a localização das empresas jornalísticas, a maioria operando no interior do país, e a biografia dos mortos, em grande parte, vítimas porque suas notícias não agradaram políticos e policiais corruptos.

A ausência da condenação da maioria dos assassinos e agressores de jornalistas no país evidencia, segundo o relatório da missão de 2002 dos Repórteres Sem Fronteiras, "os limites de um sistema que confia a um órgão que trabalha sob tutela de políticos locais o inquérito sobre o assassinato de um jornalista que havia justamente denunciado um desses políticos". Para eles, a impunidade conduz à reflexão sobre "um sistema político autocrático, graças ao qual os políticos eleitos do partido que detém o poder poderiam, sem grandes dificuldades liquidar os jornalistas que ousassem revelar suas malversações financeiras", denuncia.

mas também a própria sociedade brasileira, a não ter seu direito constitucional de acesso à informação respeitado", diz o texto.

O relatório considera os 64 episódios registrados em 2005 uma amostragem da realidade brasileira. Apesar disso, acentua que o número de agressões seja maior. Estima-se que a maioria dos casos não seja denunciada e nem divulgada. Nesse sentido, a segunda parte do relatório, ainda não divulgado, trará o resultado de um questionário aplicado em algumas redações do Brasil, para descobrir casos de violência não denunciados, inclusive situações de censura e autocensura nos locais de trabalho.

No documento, os atos de violência contra os jornalistas foram divididos em nove categorias: dois assassinatos, 21 agressões físicas e verbais, duas prisões acompanhadas de tortura, sete atentados, dois atos de desrespeito ao sigilo de fonte,

A Declaração de Chapultepec, assinada em 2005 pelos sócios da Associação Interamericana de Imprensa (AIP) e criada para garantir o sucesso das democracias, diz que "o assassinato, o terrorismo, o seqüestro, as pressões, a intimidação, a pressão injusta dos jornalistas, a destruição material dos meios de comunicação, qualquer tipo de violência e impunidade dos agressores, afetam seriamente a liberdade de expressão e de imprensa. Estes atos devem ser investigados e punidos seriamente".

Esta impunidade não só ocorre no Brasil, mas também em vários outros países latino-americanos. Na última década

morreram entre 80 e 100 jornalistas na América Latina. Foram mortos, só nesse ano, dois jornalistas no Equador, um na Guiana, um na Venezuela, além de um desaparecido no Paraguai. Nenhum desses casos chegou aos tribunais. O grau de impunidade é altíssimo. "Quase são exceções os casos em que se faz justiça", diz Ignacio Alvarez, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Para ele, a impunidade é consequência da falta de vontade de políticos a forçarem a investigação dos crimes, a influência de poderes judiciários e as estruturas locais do poder.

O que se verifica em alguns desses países, no entanto, é uma tentativa de combater a impunidade. Em outubro do ano passado, os membros da Assembléia Geral da SIP pediram para o procurador geral da Colômbia avaliar as razões pelas quais não há resultados nos processos de crimes contra profissionais da imprensa. Também solicitaram à Procuradoria Geral da Nação uma revisão em todos os casos de crimes contra jornalistas que foram encerrados ou suspensos. Ainda solicitaram ao México e ao Peru reformas jurídicas para que o princípio de prescrição de crimes não se aplique em casos contra jornalistas.

Luciana Ribeiro



# CBF expulsa torcedor do Mundial

*Teixeira renova parceria corrupta e fatura com ingressos. E a imprensa faz vista grossa*

A sorte de quem pretendia assistir a um jogo da Copa foi lançada em 1º de fevereiro de 2005, dia em que foi aberta a venda de ingressos para o mundial. Nos 17 meses seguintes, mais de 30 milhões de torcedores se inscreveram para concorrer a somente 3,2 milhões de entradas. Venceram aqueles poucos que tiveram a sorte de ganhar os sorteios realizados pela FIFA. Para os 27 milhões de perdedores restou uma única alternativa, buscada por alguns: as agências de viagens.

Para essas agências, a FIFA reservou cerca de 150 mil ingressos, 6,5 mil deles para o mercado brasileiro. Apenas uma empresa tirou a sorte grande. A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) concedeu à Planeta Brasil, do Rio de Janeiro, o uso exclusivo do rótulo de "oficial" em todo o território nacional. O privilégio não deixa de soar estranho se levada em consideração que apenas na capital fluminense existem 520 agências cadastradas à Associação Brasileira de Agências de Viagens.

Dessa forma, qualquer torcedor brasileiro que quisesse assistir aos jogos da Copa na Alemanha era obrigado a comprar os ingressos vendidos pela Planeta Brasil. Quer dizer, não apenas os ingressos. A agência oficial da CBF, valendo-se de sua exclusividade, impediu a comercialização das entradas avulsas, exceto se incluídas dentro de pacotes fechados. Estabeleceu a ilegal venda "casada". Esses pacotes eram vendidos ao preço médio de R\$ 5 mil, mas alguns chegavam a até R\$ 27,8 mil. Incluíam, além dos bilhetes, passagens aéreas, traslados e hospedagem. Vendidos separadamente, os ingressos custariam no máximo R\$ 1,7 mil, e poderiam custar até R\$ 100 para as partidas da primeira fase.

**Venda casada**-A estratégia da Planeta Brasil foi caracterizada como venda "casada" pelo juiz Alfredo França Neto, da 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro. De acordo com o juiz, a prática violou o Código de Defesa do Consumidor, que, em seu artigo 39, veta a qualquer empresa "condicionar o fornecimento de produto ou serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço". A caracterização foi dada depois que, no mês de março, um casal entrou na justiça fluminense contra a CBF, a Planeta Brasil e a FIFA para ter o direito de comprar apenas as entradas para os jogos.

Um mês depois da decisão de França Neto, a juíza Márcia Cunha, da 2ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, isentou a CBF de responsabilidade sobre o caso e negou um pedido de afastamento de seus dirigentes feito pelo Ministério Público. De acordo com a juíza, ao contrário do que pleiteava o MP, o Estatuto do Torcedor não poderia ser aplicado contra a CBF porque ela não era a entidade organizadora do evento, e sim a FIFA.

Em maio, nova reviravolta. Rodrigo Terra, promotor do MP, encaminhou a apuração das investigações à Delegacia de crimes contra o consumidor, e Ricardo Teixeira, presidente da CBF, teve que depor sobre a venda casada de ingressos. "Quem vende os pacotes com os ingressos é a Planeta Brasil, mas porque foi indicada pelo presidente da CBF e essa seria a responsabilidade dele", fundamentou Terra. "Caso [Teixeira] seja considerado culpado, pode até ser preso", antecipou.

A ameaça de prisão, porém, não abalou Ricardo Teixeira. Em seu depoimento, alegou que a CBF não fez a venda dos bilhetes e contou que a responsabilidade pela comercialização das entradas é da FIFA. A verdade é que Teixeira já está calejado com este tipo de imbróglio. Na venda de ingressos para a Copa de 1998, a CBF e sua parceira "oficial", a agência Stella Barros Turismo (SBTR), se envolveram em um problema ainda maior do que o deste ano.

**Estranheza e suspeição**- Na época, 12 mil pessoas compraram pacotes e simplesmente não receberam seus ingressos, segundo dados da Embratur. Processadas pela Secretaria de Direito Econômico, seis agências de viagens fizeram acordo com a Embratur e indenizaram os torcedores em até



US\$ 1,4 mil. Os proprietários dessas seis empresas acusaram a SBTR como responsável pelo calote. Rogério Viana, dono da Imperial Turismo, afirmou à época que a CBF garantiria às agências o fornecimento dos ingressos por parte da SBTR.

Assim como em 2006, a CBF isentou-se da responsabilidade. O diretor jurídico da entidade, Carlos Eugênio Lopes, até confirmou o rótulo de "oficial" da SBTR, mas disse que a empresa era apenas uma prestadora de serviços e não tinha compromisso com a venda das entradas. A SBTR também eximiu-se. Como o compromisso de fornecer os ingressos às agências fora feito informalmente, por fax, não havia um documento que incriminasse a empresa.

Curiosamente, Wagner Abrahão, então proprietário da SBTR é também o dono da Planeta Brasil, a empresa acusada de venda casada em 2006. Em 1998, Abrahão chegou a ser impedido de voltar ao Brasil e teve que prestar depoimento à polícia francesa por não repassar os ingressos às agências. Nada, porém, ficou comprovado, deixando o caminho livre para a reedição da parceria entre Ricardo Teixeira e Wagner Abrahão na Copa 2006. No período entre os dois mundiais, a dupla ainda ampliou a aliança para diversas outras áreas de negócios.

A fidelidade entre Teixeira e Abrahão veio à tona após a publicação do relatório final da CPI do Futebol, em 2001, que dedicou um capítulo exclusivo ao caso. Sob o título *Uma fiel parceria de lucros para a empresa e prejuízos para a CBF*, os relatores afirmam que a aliança não traz simplesmente nenhum

benefício à entidade e questionam os motivos que levariam à sua manutenção. Muitos dos episódios que marcam os negócios conjuntos são considerados "estranhos, para não dizer suspeitos".

**Amnésia jornalística**- De acordo com o relatório, a SBTR atuou como parceira oficial da CBF a partir de 1995. Somente no triênio 1998-2000, os gastos da entidade com viagens superaram os R\$ 30 milhões. Entre os clientes da SBTR, além de jogadores e treinadores, estavam políticos, jornalistas e juizes especialmente convidados pela CBF para acompanhar eventos esportivos pelo mundo afora. "Somente durante a Copa do Mundo de 1998, a entidade custeou despesas de jornalistas em valores próximos a R\$ 400 mil", revelam os relatores.

Essa longa e profícua parceria com a SBTR, de acordo com o relatório da CPI, nunca trouxe vantagem alguma à Confederação. Em todos os serviços prestados, a agência sempre cobrou tarifas cheias, principalmente nas passagens aéreas. O natural, segundo o relatório, seria um desconto médio de 15% no preço dos serviços, como era a prática no mercado de viagens. Caso fosse concedido esse desconto, a CBF economizaria R\$ 2,3 milhões apenas entre 1998 e 2000. Para os relatores, esse dinheiro pode ter sido embolsado pela empresa ou até por algum dirigente da entidade.

Teixeira chegou a depor à CPI da Câmara, mas não deu esclarecimentos que justificassem a permanência da SBTR como agência oficial da CBF. Em todos esses anos de parceria, Teixeira e Abrahão nunca foram condenados pelas irregularidades. Eles se valem, entre outros artifícios, da falta do registro das negociações na contabilidade da entidade. Os valores pagos e os pendentes, revelou o relatório da CPI, são pulverizados em numerosas contas patrimoniais, tornando impossível a identificação da origem e do destino dos recursos.

Mesmo com todas as denúncias da CPI, a parceria continua. De 2001 para cá, pouca coisa foi feita. A imprensa, vítima de amnésia eterna quando trata da CBF, também esqueceu de investigar. O jornalista Juca Kfour, ele mesmo já condenado a pagar 150 salários mínimos a Teixeira num processo em que não teve direito à defesa, encontra duas explicações para o esquecimento: ou as notícias soam como coisa velha, diante da impunidade que as cercam; ou há uma enorme promiscuidade entre alguns veículos e a CBF. Ou as duas coisas juntas.

## Repórteres denunciam que Brasil será roubado pela arbitragem na Copa 2006

A seleção brasileira não será hexacampeã. Ao contrário do que aconteceu em 1994 e em 2002, dessa vez os árbitros vão apitar contra o Brasil e impedir que a Copa do Mundo fique previsível. A denúncia, feita em tom fatalista por dois respeitados jornalistas, o inglês Alex Bellos e o brasileiro Juca Kfour, surge como um balde de água fria em meio ao triunfalismo que tomou conta da grande imprensa.

A primeira suspeita foi levantada por Bellos, na edição de maio da revista inglesa *FourFourTwo* (4-4-2) especializada em esportes. Radicado no Rio de Janeiro há cinco anos, o britânico escreveu reportagem de capa sobre os cinco motivos que levarão o Brasil a perder a Copa. Em meio a mesmices como as falhas do setor defensivo e a má fase dos atacantes, Bellos afirma que o Brasil conquistou seus últimos dois títulos graças à ajuda da arbitragem. E garante que isso não vai voltar a acontecer.

Tanto em 1994 quanto em 2002, diz a reportagem, os jogos-chave da seleção brasileira foram apitados por juizes de países sem tradição no futebol. "Nas quartas-de-final de 1994, Romário estava claramente em impedimento quando foi passada a bola para Bebeto marcar", descreve Bellos sobre a disputa em que o Brasil derrotou a Holanda, apitada pelo costa-riquenho Rodrigo Badilla Sequeira. Ele citou ainda o gol legal marcado pelo belga Marc Wilmots na Copa de 2002,

mas anulado pelo jamaicano Peter Prendergast. O Brasil venceu aquele jogo por 2 a 0.

Um mês depois da publicação inglesa, as denúncias ganharam corpo na entrevista que Juca Kfour deu à revista *Caros Amigos* de junho. Com a chamada de capa *Brasil não vai ganhar. Haverá manipulação*, o jornalista explica que, na dúvida, a arbitragem vai apitar contra o Brasil, e que "isso é o



Furo de Bellos endossado por Kfour

suficiente para te tirar da Copa do Mundo". Kfour também cita o jogo Brasil x Holanda em 1994, explicando que a manipulação "não se faz de maneira descarada". E emenda que "o Brasil estava ganhando de 2 a 0, sem nenhuma interferência dele [do árbitro costa-riquenho]. Aí, a Holanda empata em 2 a 2, porque acontecem coisas fora do script. Aí, o Branco faz uma falta no jogador da Holanda e o juiz marca falta pro Brasil. O Branco vai e faz o gol, eliminou a Holanda. Dá pra levar esse raciocínio até o fim", sugere.

Kfour relembra que "todas as vezes que jogou a Copa num país sem tradição em futebol o Brasil ganhou". E o próximo mundial, o de 2010, será na África do Sul. O de 2014, ao que tudo indica, será no Brasil. Se o Brasil conquistasse o hexa em 2006, portanto, as chances de virar octa jogando em casa seriam enormes. "Ia ficar monótono. Neginho ia falar: 'Pô, entrega logo a Copa pra eles'", esclarece Kfour.

Na entrevista, ele relembra que a tal manipulação não é de hoje e não acontece por perseguição ao Brasil, mas sim por questões comerciais da FIFA, para que o mundial seja "rentável". "Se tem manipulação? É a famosa história. A União Soviética sempre foi esbulhada em Copa do Mundo. Na de 86, no México, teve o jogo Bélgica e União Soviética, que é um dos casos mais clamorosos da história do futebol... Era pra ter sido 6 a 2 pra URSS, foi 4 a 3 da Bélgica. Por quê? Ah, imagina se iam deixar os comunistas ganhar a Copa do Mundo!", resume.

Lucas Amorim

# Reforma deve visar a sociedade

*Gazzola cobra menos conversa e mais ação em debate sobre o futuro das universidades*

**A**utonomia universitária, cotas para estudantes de escola pública, controle das fundações de apoio, avaliação dos cursos superiores, investimentos nos ensinos básico e profissionalizante, fiscalização do Estado, problemas do Brasil e do sistema educacional. Todas essas questões foram tema do debate que lotou o auditório do Centro Sócio-Econômico da UFSC na tarde de 24 de maio, Ana Lúcia Gazzola, ex-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e ex-reitora da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. Segundo ela, as universidades brasileiras são conservadoras e elitistas, a indigência de hoje é a ignorância e a reestruturação do ensino superior será sempre um trabalho inacabado, para o bem ou para o mal.

A palestrante levantou pontos polêmicos da Reforma Universitária e enfatizou que ela deve fazer parte de um projeto maior de nação, que compreenda as necessidades e as reivindicações do povo brasileiro. "A universidade que queremos está diretamente ligada ao país que queremos. Por isso, não podemos construí-la só para nós (estudantes, professores e servidores): ela deve ser destinada à população e à garantia do futuro das pessoas", destaca Gazzola, que é formada em Letras e em julho assumirá a diretoria do Instituto de Educação Superior para América Latina e Caribe (Iesalc), da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Na opinião dela, as instituições de ensino superior não podem só falar em excelência e qualidade; precisam ter também relevância social e condições para transformar o País. "Estamos formando muita gente, mas ainda não conseguimos mudar a nossa realidade", conclui.

O principal assunto discutido na primeira edição do projeto *Universidade em debate*, promovido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária (Inpeau), foi a falta de autonomia das instituições federais de ensino superior. Para Gazzola, o governo ainda não compreendeu a importância da independência administrativo-financeira dessas autarquias. Ela lembra que Fernando Henrique Cardoso e Lula deram o maior golpe da história na autonomia, ao retirar as procuradorias jurídicas do âmbito de poder das universidades. Além disso, até pouco tempo atrás, tudo o que as envolvesse tinha de ser avaliado e aprovado pelo Ministério da Educação. Hoje, os reitores já podem autorizar viagens de professores e tomar outras decisões. "O Brasil é um país cartorial; vivemos num emaranhado burocrático, mas não podemos ser tratados como uma simples repartição pública que emite carimbos. A universidade precisa decidir sozinha como administrar seu dinheiro, se com ele fará investimentos ou novas contratações", avalia. A ex-presidente da Andifes também considera que só existe autonomia de verdade se houver verba disponível. Assim, a instituição conseguirá planejar seu orçamento e elaborar um programa de cargos e salários para os docentes e servidores. "Se não for concedida independência às universidades federais, estamos brincando de fazer reforma", completa.

Outra questão controversa que entrou na pauta da palestra foram as cotas para minorias. Segundo Gazzola, público é aquilo a que todos têm acesso, no qual não há exclusão. Por esse motivo, hoje a universidade federal está longe das exigências democráticas e republicanas. "O Brasil já tem cotas: para brancos ricos. É bom o lado do privilégio virar para quem nunca teve poder, mas tem mérito", frisa. A ex-reitora é favorável a um sistema que destine um percentual de vagas a estudantes de escolas públicas e estabeleça metas de inclu-

são, como o aumento de cursos noturnos. "O que não dá é para reservar vaga das pouquíssimas que oferecemos. Para que isso aconteça, temos que abrir novas turmas", polemiza.

A ex-reitora também é contra cotas étnicas: "No Brasil, infelizmente pobreza tem cor. Mas nosso problema é sócio-econômico. Esse tipo de cota só vai favorecer o negro rico", presume. Para ela, o ideal é dedicar 50% das matrículas da universidade para a escola pública e, dentro desse percentual, distribuí-las conforme o senso étnico de cada Estado. "Só não podemos radicalizar, senão daqui a pouco o branco rico não entra. Precisa haver equilíbrio", pondera. Na visão da ex-presidente da Andifes, as instituições que promoverem a inclusão de estudantes pobres devem criar mecanismos para a permanência deles na graduação e, ainda, ser recompensadas pelo governo com dinheiro extra.

Além do sistema de cotas, outros dois pontos importantes trazidos à tona na palestra foram as fundações de apoio às universidades e a avaliação dos cursos superiores. Gazzola defende a existência das fundações desde que sejam transparentes, bem administradas e controladas com rigor pelo Conselho Universitário. "Temos que fechar as ruínas, mandar para a cadeia quem faz trabalhos ilegais e investir nas boas", ressalta. A ex-reitora também é favorável ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que desde 2004 substituiu o Provão. "Se não houvesse exame, não teríamos fechado universidades nem cursos de mestrado e doutorado.

Também não ficaríamos sabendo que o conhecimento de português e matemática dos nossos alunos é um dos piores do mundo", justifica.

Com dados do Brasil e de outros países em mãos, Gazzola deu aos participantes uma noção de como está a educação no mundo atualmente. De acordo com ela, faltam 250 mil professores de matemática, física e química em todo o País, 80% das vagas da educação superior são oferecidas pelo setor privado e só 9% dos brasileiros entre 18 e 24 anos es-

tão na universidade — índice igual ao da Bolívia. Na Argentina, 20% dos jovens cursam graduação; no Chile, 50% e no Canadá, 85%. Além disso, no Chile e na China o ensino público é pago. A ex-reitora, porém, é favorável à gratuidade do ensino. "Nada que os estudantes possam pagar conseguirá manter a universidade, que, se depender apenas do recebimento de mensalidades, terá de fechar ou interromper as pesquisas", acredita. Gazzola conta que um estudo da UFMG comprovou que 42% de seus alunos têm baixa condição financeira e que a maioria dos acadêmicos de faculdades públicas possui renda familiar mensal inferior a nove salários mínimos.

A solução apontada pela ex-presidente da Andifes para os problemas da universidade é tratar a educação de maneira sistêmica, contemplando-se os níveis básico, superior e profissionalizante ao mesmo tempo. "O Estado também tem que regular, fechar escolas sem qualidade e garantir a formação adequada e o futuro das pessoas que se graduam e das que serão atendidas por elas", enumera. Como muitos entendem que o Brasil só tem chance de progredir se investir solidamente em educação. "Sem nós, não há projeto de desenvolvimento: somos estratégicos e imprescindíveis", garante. Nunca se discutiu tanto o ensino superior como de 2004 para cá. Nas palavras da ex-reitora, fácil de falar, difícil de fazer. Ela questiona:

— Será que as universidades não estão discutindo demais em causa própria?

Luna D'Alama



Adelmo: quando lecionava no Curso de Jornalismo da UFSC

## SBPjor cria o Prêmio Adelmo Genro Filho e estimula pesquisa no país

O professor Adelmo Genro Filho (1951-1988) é constantemente lembrado por pesquisadores em Jornalismo. Sua obra mais reconhecida é o livro *O segredo da pirâmide-para uma teoria marxista do Jornalismo*, resultado da tese de mestrado em Sociologia defendida na UFSC. Escreveu vários outros livros e no último ano de vida estudava Hegel e a renovação do marxismo revolucionário. Adelmo morreu com 36 anos e era professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Em homenagem a ele, a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPjor) lançou, nesse ano, o Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo. Com o prêmio, a intenção da SBPjor é reconhecer a qualidade do trabalho acadêmico realizado nas universidades ou nos centros e institutos de pesquisa, valorizando a atuação individual dos pesquisadores. E a finalidade é identificar anualmente quais os pesquisadores que apresentaram contribuições relevantes para o campo da pesquisa em jornalismo, para construir e consolidar a identidade desse campo científico. Foram criadas quatro modalidades de disputa. Para iniciação científica, dissertações e teses de mestrado, doutorado e Sênior, para pesquisas realizadas após a conclusão do doutorado. Os trabalhos serão avaliados por uma comissão julgadora composta por cinco membros da SBPjor — quatro sócios plenos (aqueles com doutorado) e um escolhido entre os integrantes do Conselho Científico da associação. Aos ganhadores e seus orientadores será entregue um diploma e uma placa como prêmio. A idéia é, nos próximos anos, dar uma premiação em dinheiro.

Para a inscrição, os trabalhos de Iniciação Científica devem conter um resumo de, no máximo, 10 linhas, introdução, descrição da pesquisa, metodologia empregada, análise dos resultados, conclusões e referências bibliográficas. O trabalho deve ter entre 40 mil e 60 mil caracteres, contando os espaços. Para os trabalhos de mestrado e doutorado será exigida a entrega dos exemplares de dissertação e tese. Os candidatos que concorrerem a Sênior deverão apresentar os relatórios completos da pesquisa. Nenhum trabalho deverá ter o nome do autor, do orientador e da instituição de pesquisa. Será aceito somente um pseudônimo. As inscrições devem ser encaminhadas, até o dia 30 de agosto, ao professor Francisco Karam, coordenador do Prêmio Adelmo Genro Filho, na caixa postal 5026 CEP 88040970, Florianópolis-SC. Os trabalhos serão avaliados até o dia 15 de outubro, e o prêmio entregue durante o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. No mês de novembro, em Porto Alegre. Mais informações podem ser encontradas no site da SBPjor: [www.sbpjor.org.br](http://www.sbpjor.org.br).

Tatyana Azevedo

# Reitor censura estudantes no DF

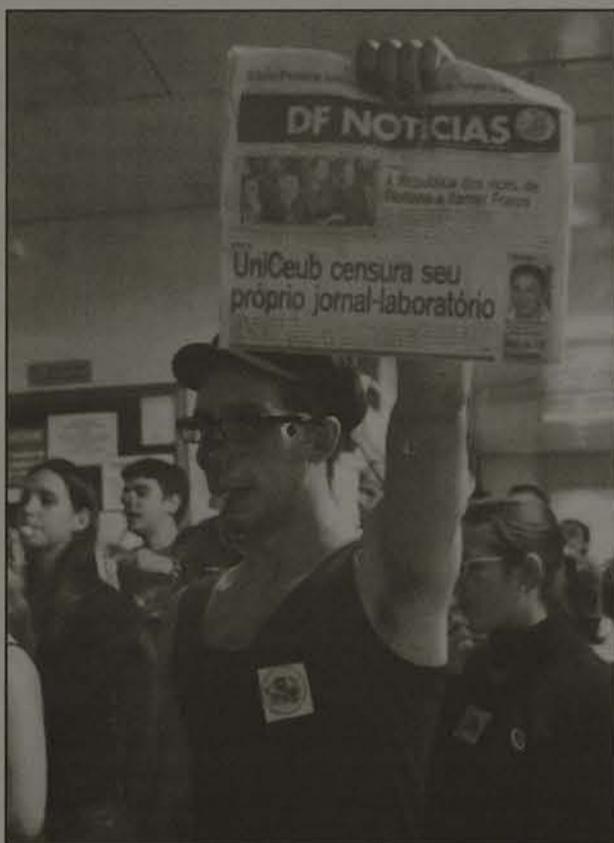
*Jornal-laboratório é proibido de circular por denunciar ex-governador Joaquim Roriz*

A censura à liberdade de imprensa volta à cena num lugar onde esse direito deveria ser protegido e estimulado: a faculdade de Jornalismo. Por motivos ainda obscuros, Getúlio Moreira Lopez, reitor do Centro Universitário de Brasília (Uniceub), mandou apreender no dia 8 de maio os 3 mil exemplares do jornal-laboratório *Esquina*, elaborado pelos alunos do sexto semestre do curso noturno. A publicação foi impressa no dia 6 e estava guardada em um armário no bloco de Comunicação, de onde foi retirada. A primeira justificativa da reitoria foi que a impressão do periódico não tinha sido aprovada — houve dois erros consecutivos na emissão da autorização, que permitia apenas a impressão da versão matutina do jornal. Depois, o discurso mudou e descobriu-se que o recolhimento da segunda edição de 2006 tem raízes políticas e um problema central: a reportagem *Comigo é no popular*, que aborda em duas páginas o populismo e as artimanhas, como distribuição de lotes de terra e comida, de Joaquim Roriz (PMDB-DF), ex-governador do Distrito Federal, para conquistar o apreço dos eleitores, principalmente entre a classe baixa.

Os estudantes acreditam que a diretoria do Uniceub, a mais antiga instituição privada de ensino superior da capital federal, tem fortes ligações com Roriz, que deixou o cargo em março para concorrer, na próxima eleição, a uma cadeira no Congresso Nacional ou na Câmara Legislativa do Distrito Federal. "Ele sempre foi muito influente por aqui. A política assistencialista e o carisma dele acabam conquistando as pessoas. O próprio reitor tem 'interesses empresariais' com o ex-governador", revela o editor da reportagem, Thiago Lucas, de 24 anos. Prova da ligação entre a universidade e o político é o nome dado aos edifícios recém-inaugurados na Esplanada dos Ministérios para abrigar a Biblioteca e o Museu Nacional de Brasília: Complexo Cultural da República João Herculino — fundador e ex-reitor do Uniceub. Morto em 2003, Herculino era advogado, professor, contador e político. Reclamava que universidade não dá dinheiro, mas era dono de fazendas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, milhares de cabeças de gado, cavalos, uma casa e apartamentos luxuosos em Brasília. Quando questionado se sua riqueza vinha do Uniceub, hoje com mais de 20 cursos e 20 mil alunos, respondia que não, "de jeito nenhum". Ao morrer, Herculino foi lembrado pelo amigo Roriz como o homem que "escreveu diariamente a história de Brasília e do Brasil. Leal, honesto, democrata, batalhador, era um visionário".

O atual dirigente da universidade defende-se alegando que todo mundo tem convênio, mas que não foi esse o motivo para a retenção do jornal no campus. "Não é censura. A publicação foi feita à revelia e sem autorização. Há uma série de problemas nas pautas e matérias malfeitas e sem assinatura", justifica Lopez, que abriu uma sindicância com mais três professores para investigar o caso e punir os culpados. A iniciativa, concluída no dia 19 de maio, não mostrou resultado. A solução apontada pelo reitor para liberar os exemplares é produzir um encarte de retratação dos erros e distribuí-lo junto com o *Esquina*. O editor-chefe do número vetado, Rodrigo Ensinas, de 22 anos, destaca que também lhe foi proposta a reimpressão do jornal, sem a reportagem-problema, ou a concessão de direito de resposta a Roriz em duas páginas da mesma edição. "Como é que podemos abrir espaço para o ex-governador se defender se a matéria ainda nem foi lida?", questiona Ensinas, diante da proposta inusitada.

Para contestar a decisão da reitoria do Uniceub, no mesmo dia os estudantes responsáveis pelo *Esquina* enviaram uma carta a Lopez e ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, entre outras instituições, anunciando que fariam manifestações durante a semana e pedindo que a distribuição dos exemplares fosse reconsiderada — do contrário, buscariam seus direitos judicialmente. À noite, os envolvidos também foram de sala em sala para explicar aos demais alunos o que estava acontecendo e mobilizá-los para lutar contra a atitude da direção. O protesto foi promovido nos dias 11 e 12 de maio, quando mais de 200 pessoas impediram a realização total ou parcial das aulas. Com apitos, narizes de palhaço, camisetas estampando o título da reportagem e faixas a favor da liberdade de imprensa e de expressão, além do próprio texto proibido em mãos, os participantes marcharam pelos arredores do campus pronunciando palavras de ordem como "Censura, não. Abaixo a repressão" e



Estudante na rua, reitor a culpa é sua, morbmneprotpoyotporp

"Estudante na rua, reitor a culpa é sua". Também utilizaram a rádio livre do curso para divulgar a notícia e convocar militantes para integrar o movimento.

Na sexta-feira à noite, para que não houvesse nenhuma atividade à noite no bloco de Comunicação, os acadêmicos de Jornalismo retiraram todas as carteiras das salas e as colocaram nos corredores do prédio. A polícia foi chamada para organizar o trânsito de uma avenida interditada pela passeata e para conter o barulho dos manifestantes, que, segundo alunos de Publicidade e Propaganda, só fizeram algazarra. "O pessoal do jornal quer que entremos em greve, mas é complicado, porque vamos continuar pagando caro para não ter aula. Alguns agora atrapalham as classes, com apito e gritaria", relata a estudante Ana Gomes Pinheiro, de 21 anos. Os futuros publicitários ficaram tão descontentes com os protestos que até fixaram, no bloco, um cartaz com a frase "A favor da censura, aula já!". Os alunos de Jornalismo consideram que a postura dos colegas da Publicidade enfraqueceu o movimento e que faltaram solidariedade e espírito de equipe para reivindicar a mudança de posição da reitoria.

A fim de resolver o impasse, no mesmo dia 12 os estudantes se reuniram com o secretário-geral do Uniceub, Maurício Neves Filho, que não se mostrou disposto a negociar. "Ele disse que não se podem publicar matérias de política nem de religião, mas várias outras edições já falaram disso", replica o editor-chefe, Rodrigo Ensinas. "O secretário nos deixou claro que a relação da universidade com o governo local é forte", completa. De acordo com o editor da seção Especial, Thiago Lucas, nunca houve uma linha editorial definida que impedisse a veiculação de reportagens de cunho político. "Tentamos ser imparciais, mostrar opiniões favoráveis e contrárias, e só escrevemos o que podemos provar. Nunca imaginamos que o jornal impresso seria tirado de nós. Todo mundo sabe que Roriz é populista", ressalta. A turma do *Esquina* também não entende por que a primeira edição do ano, distribuída

em março, não foi censurada, já que continha um texto sobre campanhas eleitorais fora de época promovidas pelo deputado federal licenciado José Roberto Arruda e pelo senador Paulo Octávio, na época ambos pré-candidatos do PFL ao governo do Distrito Federal.

"Esse não é só um problema nosso, é de todos os estudantes de Comunicação do Brasil. Nesse país a gente aceita tudo, fica calado. Não podemos nos acomodar, ficar indiferentes. Daqui a um mês e meio, saio do jornal, mas penso nos próximos alunos", enfatiza Ensinas, que acredita que o Uniceub deu um tiro no pé. "O povo mesmo não lê o que publicamos, mas agora ficará sabendo do que aconteceu, pois vamos transmitir o fato para todo mundo. As consequências da atitude da reitoria alcançaram proporções enormes. Já dei várias entrevistas, até para diário do Tocantins", conta o estudante, que conclui: "O reitor quer que a gente fale das borboletas do campus. A gente quer fazer jornalismo".

A notícia foi veiculada em vários periódicos e sítios de internet sobre mídia, como o *Jornal do Brasil*, *Tribuna do Brasil*, Blog do Noblat, Centro de Mídia Independente, Observatório de Imprensa e Comunique-se. Segundo os estudantes, o Sindicato dos Jornalistas do DF solicitou à Justiça Comum um mandado de segurança, medida usada quando um direito de um grupo de pessoas é ameaçado ou violado. Entre as reivindicações estão a devolução dos exemplares confiscados do *Esquina* e maior autonomia para sua linha editorial, o que significa não submeter o jornal a sucessivas aprovações antes de ir para a gráfica. A independência da publicação, conforme pleiteiam os alunos, deve ser obtida através de um estatuto próprio, com validade jurídica. No momento, o Centro Acadêmico de Comunicação está cuidando do caso. As aulas no curso de Jornalismo voltaram ao normal no dia 17 de maio.

O *Esquina* existe há 35 anos, tem 16 páginas formato *standard* e usa cores. Sua versão noturna é elaborada por cerca de 40 alunos, que produzem cinco editoriais fixas (Comunidade, Esporte, Cultura, Especial e Brasil) e quatro edições a cada semestre — três tradicionais e um suplemento especial temático. O professor responsável pelo periódico, Marcone

Gonçalves, explica que tudo é negociado com os estudantes, desde a concepção das pautas até o projeto gráfico. O editor da reportagem sobre Roriz, Thiago Lucas, completa: "Nós mesmos fazemos a distribuição dos exemplares, principalmente no campus, em agências de notícias, redações de jornais e revistas e no Congresso Nacional". O colega Rodrigo Ensinas conta ainda que a equipe é sempre estimulada



Os futuros publicitários ficaram tão descontentes com os protestos que até

a ir atrás de *hard news* e de pautas "quentes" e interessantes. "O professor também pede para nunca nos autocensurarmos", frisa. A periodicidade da publicação é de aproximadamente 45 dias, e cada edição precisa do deferimento do professor responsável, do coordenador-geral do curso, do diretor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e da reitoria. Este ano, o *Esquina* concorre ao Prêmio Engenho de Comunicação, na categoria Iniciativa Acadêmica, como o melhor jornal-laboratório do Distrito Federal.

O fim dessa história ainda é incerto. A diretoria do Uniceub anda acuada porque nem o corpo docente está ao lado dela. Os estudantes acreditam que haverá retaliação do reitor contra os envolvidos, tanto alunos quanto professores. "O clima está esquisito, cabeças devem rolar no final do semestre. A secretária que emitiu as autorizações erradas e até o técnico da gráfica Grupo Comunidade de Brasília, que imprime o *Esquina*, já foram demitidos", revela Ensinas.

Luna D'Alama

# Voluntários pedem ação política

*Movimento exige atenção do governo para a precariedade das creches e escolas em SC*

**D**efender os direitos constitucionais do menor, reivindicar ensino infantil com qualidade, lutar pela criação de vagas em escolas públicas para crianças de 0 a 6 anos, assegurar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. São esses alguns dos interesses do Movimento Catarinense de Luta por Creches que, desde março do ano passado, ampara famílias que necessitam do ensino público em todo o Estado. Entre os integrantes do movimento estão pais, educadores, sindicatos, federações, políticos e servidores públicos de Santa Catarina, além da Organização Mundial para Educação Pré-Escolar, a OMEP, existente desde 1948 e com representação em diversos países.

O Movimento Catarinense de Luta por Creches atua como controlador social na fiscalização de políticas educacionais públicas, sem caráter institucional e sem qualquer apoio financeiro. Através de debates, audiências e palestras, procura mostrar as deficiências nas escolas, apontando soluções para a melhoria do ensino. Para a OMEP, por exemplo, o primeiro passo é instruir pais e responsáveis a participar efetivamente da educação de seus filhos. Elaine Paes e Lima, representante da Organização em Santa Catarina, acredita que não basta que as crianças, desde cedo, frequentem a escola. "É necessário que se saiba quem são e como trabalham os professores e, principalmente, quais são as condições proporcionadas a esse ensino. Não adianta apenas largar na creche", completa. Para tanto, através de ações conjuntas com o Estado e os Municípios, o Movimento aposta na qualificação dos 1.099 profissionais que trabalham hoje na rede pública catarinense.

Também para o bom desempenho dos educadores, os integrantes do Movimento atentam para o cumprimento das normas da CLT. De acordo com a legislação trabalhista vigente, os professores devem ter acesso a material didático satisfatório, instalações adequadas, bons salários, além de outros benefícios. A carga horária em regime normal (sem previsão de hora-extra) não pode ser superior a oito horas diárias, e o número de profissionais compatível e proporcional ao nú-

mero de alunos. Esse é, atualmente, um dos maiores impasses na questão do aumento de vagas nas creches municipais e estaduais. Se, por um lado, pretende-se colocar o maior número de crianças nas escolas, por outro, questiona-se quais outros prejuízos surgiriam se tal idéia se tornasse concreta. "Fica difícil pensar na falta de vagas como um problema isolado. De nada adianta oferecer estudo pras crianças, se não houver estrutura. Será que um professor renderia numa turma de 50 alunos? Será que só uma diretora consegue administrar uma creche? Seria preciso mais contratação, mas, e dinheiro pra isso?", argumenta Celeste Pintado, coordenadora de mobilização do Luta por Creches.

A inclusão das crianças nas escolas especiais desde o nascimento é outro fator defendido pelos integrantes do movimento. O assunto foi, inclusive, um dos destaques no 2º. Encontro Catarinense de Luta por Creches, realizado dia 19 de maio, na Fundação Catarinense de Educação Especial, em São José. A idéia é estimular o governo a investir na educação da mesma forma em que investe na saúde, desde os primeiros dias da criança. Celeste entende que o dinheiro empregado por mais tempo, do Ensino Infantil (nascimento a pré-escola) até o Fundamental (1ª a 8ª série), mesmo pesando no orçamento público, compensaria a longo prazo: "o que a gente tenta explicar pros políticos e investidores é que educar desde cedo não ia representar um gasto a mais pro governo, mas sim um investimento. Gasto é o que se tem no presídio, na Febem. Uma criança na escola pode deixar de ser um marginal no futuro. O problema é que eles não têm essa mentalidade", enfatiza. E para a inclusão social do menor num meio decente e favorável, o movimento também apóia o sistema de ensino integral, com atividades para a criança durante todo o dia.

Celeste Pintado acrescenta que Santa Catarina ainda apresenta falhas no sistema de ensino público, mesmo sendo referência nacional no que se refere à educação infantil, destinando 32% das verbas para o setor - enquanto outros Estados investem uma média de 25% em Educação. Conforme dados fornecidos pelo governo estadual, atualmente existem cerca de 25mil crianças em 624 unidades escolares estadu-

ais, sendo que apenas 16 delas atendem as de idade inferior a seis anos. A demanda por vagas em creches, no entanto, chega a ser sete vezes maior. "Estima-se que o número ainda é infinitamente superior ao que o governo dispõe. Isso porque os dados oficiais tomam por base o número de mães que inscreveram seus filhos, mas que ainda não conseguiram vagas nas creches, e não o número real de pessoas que dependem da educação pública. A gente sabe que a maioria das mães nem pede vaga, porque sabe que não vai conseguir", esclarece a coordenadora.

Por esses e outros motivos, acredita-se que a luta pelas creches deve ser constante e, daqui pra frente, no intuito de mobilizar toda a sociedade. Elaine Paes e Leme, da OMEP-SC, pensa que reparos no sistema educacional infantil público não são apenas de interesse de pais e alunos carentes, pois "todos eles dizem respeito a cada um de nós". Ela comenta sobre as ações positivas realizadas pelo movimento desde o ano passado, a exemplo de audiências públicas, congressos, impulso para a construção de novas escolas e, talvez o mais importante, a inclusão de educação infantil no Fundeb, programa do Governo Federal. Analisa, porém, que muito mais pode ser feito. A criação do Ministério Público Infantil e a escolha de métodos classificatórios mais justos para a inclusão nas creches são exemplos de novos projetos.

Para o movimento, estudar é um direito da criança, assegurado pela Constituição, independentemente de quem sejam ou do que façam seus pais. Também não importa se o financiamento para os estudos vem do município, do Estado, da União, ou mesmo de particulares. "O que queremos é ver essa criança indo pra aula. Não interessa se a mãe fica bebendo chimarrão ou se o pai é desempregado, até porque não é um direito dos pais. É do próprio menor", diz Celeste. E, para ela, é na garantia de direitos que se justifica todo o esforço. "Não dá pra separar o 'educar' do 'criar'. Também não dá pra fechar os olhos pra tudo o que acontece. Com o apoio de muita gente, tenho certeza que a gente chega lá", conclui.

**Susana Steil**

## Boi-de-mamão vira CD requisitado do NDI

Quando elas entram em cena a diversão do público é certa. Entre três e seis anos de idade, as 250 pequenas "estrelas" incorporam os personagens folclóricos do boi-de-mamão e, entoados ao som do violão, cantam as 15 músicas que deram origem ao CD *Boi-de-mamão do NDI*.

Tudo começou há dez anos, quando Regiani Parisi Freitas, professora do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC, escolheu uma nova maneira de ensinar. Com violão na mão e uma belíssima voz, ela estimulava o aprendizado através de letras de música que aprendeu em sua infância. Com o passar do tempo, a tradição popular em forma de poesia ganhou força na escola por servir como alicerce educacional na formação da identidade dos estudantes.

Gradualmente, o projeto foi sendo aperfeiçoado e virou peça. A imaginação da garotada materializou-se em 20 personagens do bumba-meu-boi catarinense, com a confecção de fantasias, adaptação da história e montagem de cenário. De apresentações no NDI, no dia das mães ou dos pais, a abertura de eventos como a Feira do Livro de Florianópolis, os pequenos astros conquistaram espaço na cidade e o sucesso precoce.

O resultado foi o lançamento do CD com músicas infantis *boi-de-mamão do NDI*, em junho do ano passado. Foram 250 crianças que participaram da gravação de 15 faixas do disco, cada música descreve um trecho da vida do boi. Somente a 16ª faixa *O grande baile de despedida* foi gravada pelos professores e funcionários da escola que integraram o projeto.

Das 900 cópias do CD, 756 foram doadas-400 delas para escolas públicas de educação infantil da Grande Florianópolis.



lis. O sucesso foi tanto que as escolas particulares também foram atrás do disco para utilizá-lo na educação dos alunos. A professora Regiani cita como exemplo o colégio Coração de Jesus, escola tradicional da cidade, que comprou dez cópias assim que o álbum foi lançado.

O resultado do trabalho foi enviado para institutos de folclore de todo o Brasil e, até mesmo, para o exterior, na Universidade do Minho, em Portugal. O disco foi financiado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da UFSC que doou R\$ 4 mil para o Projeto. O restante da verba necessária foi obtido com a venda de camisetas.

A narrativa do boi-de-mamão do NDI é uma adaptação do folclore, até porque a verdadeira história é, certamente, trágica e inadequada para crianças. Nela o boi-de-mamão, de origem africana, consiste numa encenação que envolve dança e cantoria em torno do tema épico da morte e ressurreição. Alguns personagens são muito traiçoeiros e não passam uma mensagem apropriada para as crianças.

Na nova versão, adaptada pelas professoras Regiani e Vânia Maria Bröering, arte-educadora do NDI e uma das autoras do projeto, Mateus, o dono do boi malhado, passa por uma crise financeira e resolve vender seu animal de estimação, mas na hora de mostrá-lo aos compradores o boi desmaia. A história se desdobra de uma maneira improvisada e cômica, com a presença de personagens como o Macaco, a Maricota e o Cavalinho, todos interpretados pelos pequenos atores.

Projetos como esses são capazes de vivificar a tradição popular por meio de canções simples e personagens fantásticos aliados à espontaneidade da infância. Gelci José Coelho, o "Peninha", diretor do Museu Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC e estudioso das manifestações folclóricas catarinenses, foi um dos maiores incentivadores do projeto. "O trabalho do boi-de-mamão do NDI é um alicerce educacional para a criança formar sua identidade", endossa "Peninha". Ele acredita que esse tipo de reminiscência é essencial para o desenvolvimento cultural da criança.

Além de uma nova dinâmica de aprendizado da língua portuguesa, apresentações em eventos e a produção de um CD, o *Boi-de-mamão do NDI* vai virar livro. Produzido da capa à contracapa pelas crianças, elas ilustraram as 20 páginas de *Malhado, um boizinho de mamão*. Cada turma da escola ficou responsável por uma página da publicação. Os personagens foram todos desenhados à mão. Assim como o CD, a maior parte das mil cópias do livro será doada para escolas públicas de educação infantil do município. Para os interessados, o CD continua a ser vendido pelo preço de R\$ 12,00 no NDI/UFSC.

Mais informações no telefone (48)33319432.

**Máira Flores**

# Filme ressuscita traumas e tabus

Com cenas reais e ficção, *Outra memória* retoma movimento nazi-fascista em Blumenau

Mesmo após 61 anos do fim da Segunda Guerra Mundial o nazismo permanece sendo tema de pesquisas, livros e filmes. *Outra memória*, quarto longa-metragem catarinense que estreou dia 26 de maio em Florianópolis, retoma o ainda tácito e incômodo tema os catarinenses descendentes de alemães.

Dirigido por Chico Faganello, o filme nasceu do desejo de desvendar a enigmática personalidade da atriz Edith Gaertner (1882-1967), que Alemanha no início do século passado. Sobrinha-neta do Doutor Hermann Bruno Otto Blumenau (1819-99), fundador da cidade que ganhou seu nome, Gaertner foi uma mulher moderna para o seu tempo ao trocar a atividade doméstica pelo teatro europeu. Aos 22 anos, foi morar na Alemanha onde atuou por mais de duas décadas, em peças de Shakespeare, Goethe e Ibsen, entre outros autores. Em seu retorno a Santa Catarina trouxe na mala um quadro de Hitler, que a acompanhou até sua morte.

O filme, com 80 minutos de duração, tem início quando um irresoluto diretor de teatro precisa, para celebrar o aniversário de Blumenau, montar uma peça sobre esta atriz que "traduz a força da colonização alemã no século XIX". Ao longo das pesquisas realizadas sobre a biografia de Gaertner, porém, o projeto teatral transforma-se na narrativa sobre as partes obscuras da colonização branca no Vale do Itajaí, como o etnocídio e o nazismo, temas ainda hoje evitados no vale do sul do Brasil.

*Outra memória* recupera esses temas através de diversas imagens reais da colonização alemã, da vida cotidiana e da propaganda nazista, que revelam a estreita conexão entre descendentes de alemães residentes no Brasil e o regime de Adolf Hitler. Resultou que o partido nazista esteve instalado em Blumenau, com sucursais em outras colônias periféricas. Há registros fotográficos de desfiles com a cruz gamada sobre a bandeira do Brasil, banquetes enfeitados com a suástica e casas com a bandeira nazista erguida no quintal. Em 1937, havia até um plano secreto de criar o "Estado Integralista-Nazista Independente", reunindo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O nazismo encontrou, principalmente em Santa Catarina, todas as condições necessárias para conquistar seguidores. O jornalista Aluizio Batista de Amorim, em trecho de seu livro *Nazismo em Santa Catarina*, relata que a falta de amparo do governo brasileiro aos alemães, quando chegaram ao país, foi a principal razão para eles terem buscado a ideologia de Hitler. Os alemães foram lançados de qualquer jeito nas regiões catarinenses e ali abandonados à própria sorte sem qualquer apoio do Estado.

Sem amparo, optaram por estabelecer suas colônias, futuras cidades, da forma como já conheciam: a alemã. Eles continuaram e continuam professando suas crenças baseadas nos valores de seus antepassados. Era natural, também, que exaltassem os aspectos culturais de seu país, já que a Alemanha destacava-se realmente como uma grande potência altamente industrializada.

Em 1937, um século após o primeiro contingente de imigrantes alemães aportar em Santa Catarina, havia mais de um milhão de germânicos no Brasil. A cultura alemã já estava tão entranhada no Vale do Itajaí que se manteve, até mesmo, após o processo de imposição da cultura brasileira pelo Projeto de Nacionalização do País pelo governo Vargas. Havia nesse empreendimento uma legislação rigorosa que pretendia formar a identidade brasileira. A legislação proibiu o uso do idioma alemão, fechou escolas germânicas e organizações suspeitas de envolvimento com os agentes nazistas.

Isso ocorreu após a aproximação dos governos brasileiro



Paula Braun interpreta a atriz Edith Gaertner que atuando na Europa identificou-se com o líder nazista

Fotos: Vera Sayão



Filme tem locações na Alemanha e Polônia e pode ser exibido no formato HD



Cláudio Oliveira

Ex-aluno: foi para o cinema

## Chico Faganello completou estudos nos EUA e Itália

Chico Faganello nasceu em Seara (SC) em 1966. Formou-se em Jornalismo pela UFSC e especializou-se em História do Cinema na Università degli Studi di Siena, na Itália, onde trabalhou com Ermanno Olmi (diretor de *A árvore dos tamancos* e *A lenda do Santo Beberão*). Ainda na Itália, dirigiu documentários e programas de televisão para a RAI 3. Na New York Film Academy realizou em 1995 filmes experimentais de curta metragem em preto e branco. De volta ao Brasil, criou a Faganello Comunicações, dedicada exclusivamente a trabalhos audiovisuais de caráter artístico, educativo e cultural. Produz, escreve e dirige documentários e programas de TV em português, alemão e italiano, com obras que participaram de festivais e mostras no Brasil e no exterior. E colabora com jornais e revistas culturais. Trabalha regularmente na Europa produzindo programas especiais para TVs do Sul do Brasil.

O caso do cineasta Sylvio Back serve como bom exemplo de que a preocupação do diretor teatral não foi imprevista. Back virou "persona non grata" em Blumenau, em 1976, ao realizar o longa *Aleluia Gretchen* que narra a história de uma família que foge da Alemanha nazista desembarcando no Brasil, por volta de 1937, onde compra um hotel, que se torna ponto de simpatizantes do nazismo. Faganello não teve receio que o mesmo acontecesse com ele. "Vivemos em outro momento

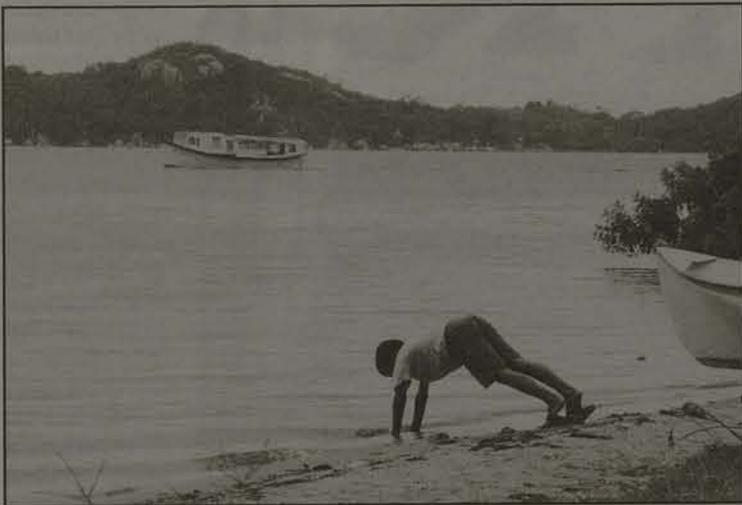
histórico. Em Blumenau, *Outra memória* foi bem recebido porque a cidade não é mais aquela dos anos 70", diz. Perguntado sobre o que mudaria no filme, responde que muita coisa se tivesse tempo, dinheiro e paciência. Mudaria a forma, o tom, mas não a essência.

O longa foi rodado em vídeo digital de alta resolução, exibido no formato High Definition (HD), tecnologia desenvolvida pela Rain Network que permite exibi-lo em 50 salas simultaneamente a partir da central da empresa. Somente em Florianópolis a projeção foi direta porque ainda não existe sala digital na capital catarinense. No segundo semestre, o filme será lançado também em DVD com versões em cinco idiomas: inglês, alemão, espanhol, francês e italiano, além da versão normal. Foram investidos mais de R\$ 300 mil nos últimos três anos em pesquisa, roteiro e filmagens, com locações em sete cidades alemãs e uma na Polônia. A trilha sonora teve como base composições do catarinense Aldo Krieger e de Bach.

O maior mérito desse 4º longa catarinense talvez seja a recuperação de filmes, nunca antes vistos pelo público brasileiro. O resgate de curtas-metragens de propaganda nazista, surgiram da parceria com uma ONG americana, a Américas Film Conservancy (AFC), que decidiu investir no projeto especialmente para recuperar os filmes antigos em 16 mm do Arquivo Histórico de Blumenau, um acervo da década de 20.

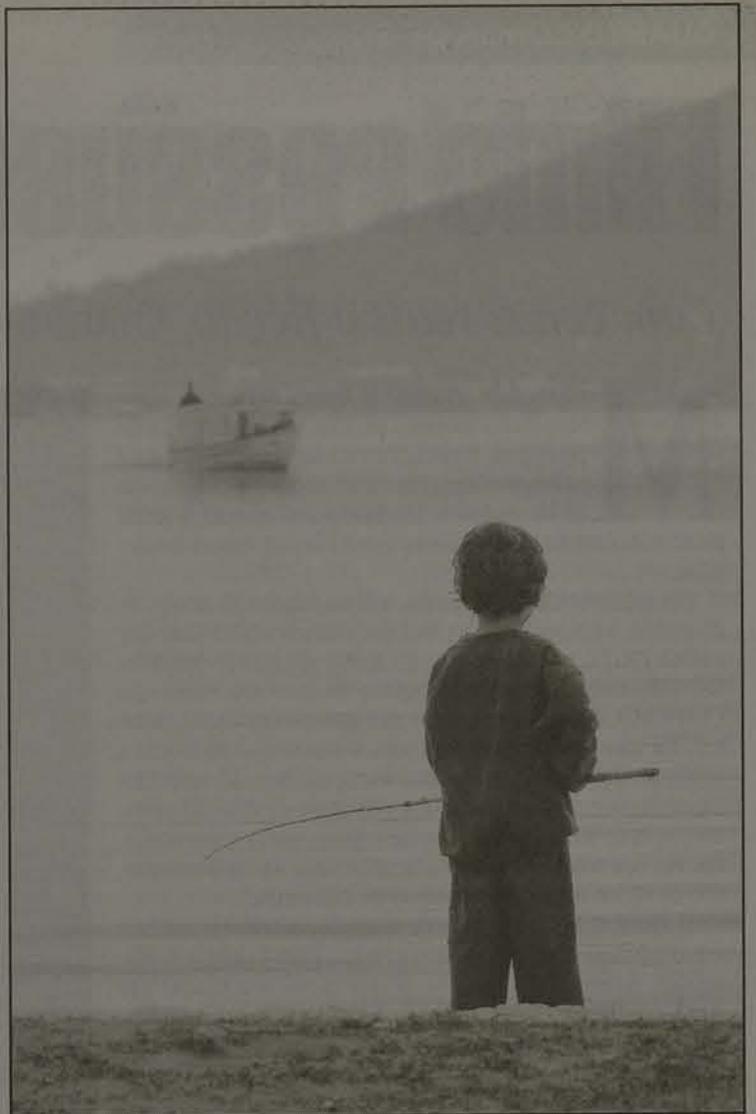
**Maíra Flores**

**Direção e roteiro:** Chico Faganello  
**Elenco:** Paula Braun, Ivo Müller, Borges de Garuva, Pépe Sedrez, Arno Alcântara Jr, Fábio Hostert, Reynaldo Pfau  
**Produção executiva:** Lícia Brancher  
**Direção de fotografia:** Marx Vamerlatti  
**Direção de arte:** Cristiano Amaral  
**Direção de produção:** Ana Fonte  
**Edição:** Lucas Barrós



Enquanto a maioria dos alunos da UFSC aproveitou a greve de 112 dias do ano passado para fazer absolutamente nada, a estudante de jornalismo Mariana Vasconcellos deu uma guinada em sua vida. Investiu suas poupanças numa câmera fotográfica Canon 350-D e num *flash* Canon 420EX e começou a fotografar de tudo: acidentes, paisagens, formaturas, desfiles. Aproveitou a greve também para criar seu site pessoal, imprimir cartões de visita e conhecer pessoas novas. Enfim, deu início a uma promissora carreira como fotógrafa. Hoje, oito meses depois de comprada a câmera, Mariana anda pra cima e pra baixo carregando-a sempre a tiracolo. Divide seus dias entre as aulas no Curso de Jornalismo da UFSC e inúmeros trabalhos *free-lancer*, além do surfe. O *site*, bilíngüe, já possui arquivo com dezenas de fotos, além da biografia pessoal da fotógrafa, textos sobre campeonatos de surfe e um *blog*. Entre suas fontes de inspiração, ela cita Walter Firmo (cor), Dan Lamont e Bruno Miranda (fotojornalismo), e Leonardo Lepsch (documental PB). Ela se beneficia também do acompanhamento constante do fotógrafo Gabriel Rinaldi, que critica e orienta seus trabalhos. Quando ouve a frase "Eu amo fotografia!", Mariana questiona o sentido da exclamação. Ela conta que aprendeu a ver a fotografia não como o mero ato de mirar e clicar com a câmera na mão. "A verdadeira essência da fotografia reside em poder captar sensações, momentos e sentimentos, contar uma história por meio de símbolos", explica. Por preferir clicar momentos e sentimentos, Mariana ressalta que não gosta de fotos posadas, fotografias sociais. "É importante cultivar um olhar sensível à vida e às diferentes formas que ela constantemente expressa ao seu redor", completa.

[www.marianavasconcellos.com](http://www.marianavasconcellos.com)



Sensibilidade para o detalhismo resultou numa imagem com dois vieses



Foto publicada no AN Capital, cujo crédito saiu com erro, mostra explosão